Acervo ISA

CEDI - P.I.B.
DATA 04/05/90
COD. 00003347

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ___/___/___
cod. 10 D 00 247

PROGRAMA NOSSA NATUREZA

I - " PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

01 - DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY.

02 - PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO JOÃO ALVES FILHO.

03 - DECRETO Nº 96.943 de 12 de OUTUBRO de 1988.

DECRETO Nº 96.944 de 12 de OUTUBRO de 1988.

04 - PRESSUPOSTOS E CONDICIONANTES.

05 - PALESTRA DO MINISTRO RUBENS BAYMA DENYS em 13 JAN 89.

06 - PALESTRA DO MINISTRO JOÃO ALVES FILHO em 13 JAN 89.

II - DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) e às COMUNIDADES INDÍGENAS.

III - DADOS REFERENTES ÀS FLORESTAS NACIONAIS, ÁREAS INDÍGENAS e ESTAÇÕES ECOLÓGICAS IMPLANTADAS.

* * * * * * * * * * * * * * *

" PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

- DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA JOSÉ SARNEY, NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA

12 OUT 1988

Acervo ISA

DIVULGADO EM 12/10/88

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY NA SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA NOSSA NATUREZA - PALÁCIO DO PLANALTO - 12.10.88

Senhor Ministro do Interior, João Alves Filho,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores Parlamentares,
Senhores Secretários de Meio-Ambiente,
Minhas senhoras e meus senhores,

Lanço o Programa Nossa Natureza para conscientizar o próprio Governo e o povo do grave problema ecológico.

Como primeira providência, acabo de assinar decreto criando o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistema da Amazônia Legal, destinado a estabelecer condições para utilização e preservação do meio-ambiente e recursos naturais da Amazônia.

O programa agora lançado, coordenado pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, contará com a participação de todo o Governo Federal, além de Estados, municípios, comunidade científica e entidades de proteção ambiental.

São os seus objetivos:

- conter a ação predatória do meio-ambiente e dos recursos naturais renováveis;

- estruturar o sistema de proteção ambiental;

- promover a educação ambiental e a conscientização pública sobre a necessidade da conservação do meio-ambiente na Amazônia Legal;

- disciplinar a ocupação e exploração racionais fundamentadas no ordenamento territorial;

- regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação do homem;

- proteger as comunidades indígenas e as populações dedicadas ao extrativismo.

Estão criados seis grupos de trabalho para estudar, propor, implementar medidas de proteção da cobertura florística, contenção dos riscos para o meio-ambiente de substâncias químicas e processos inadequados de mineração, fortalecimento da estrutura governamental e das instituições de proteção ambiental, educação ambiental e conscientiza

Acervo CPDOC FGV

ção pública, desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais renováveis e disciplinamento da ocupação e exploração da Amazônia Legal fundamentadas no ordenamento territorial.

Assinalo como um dos grandes avanços da nova Constituição brasileira os mandamentos dedicados à defesa do patrimônio natural e paisagístico e à causa indígena.

Decreto presidencial restringirá a concessão de incentivos fiscais do Fundo de Investimento da Amazônia a projetos que afetem o meio-ambiente. Limitará a implantação de projetos pecuários com incentivos e créditos oficiais e proibirá incentivos e créditos oficiais a projetos agropecuários na Mata Atlântica.

Mediante portaria ministerial hoje baixada, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Secretaria Especial do Meio-Ambiente serão ouvidos, obrigatoriamente, nos processos de aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária, quando da destinação de terras devolutas para assentamento de agricultores e em todos os projetos de colonização particular submetidos ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Determinei ao Conselho Nacional de Comércio Exterior-CONCEX que elabore Instrução Normativa proibindo totalmente a exportação de madeiras em toras. Trata-se de medida indispensável à proteção ecológica e econômica da Região Amazônica, impedindo que o Brasil venha a se transformar em fornecedor mundial exclusivo de madeira bruta.

Há sensibilização crescente da sociedade brasileira contemporânea a grandes movimentos mundiais quanto à questão da preservação ambiental. Foi para mim motivo de surpresa e indignação constatar numerosos incêndios, que em poucos dias consumiram milhares de quilômetros da floresta Amazônica. Posso confessar mesmo que foi a luz vermelha a despertar no Presidente a consciência da necessidade de um programa mais abrangente, global e mais enérgico, o fato de o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ter monitorizado, num só dia, mais de 6 mil focos de incêndio no Brasil.

A cada dia consolida-se entre os brasileiros a consciência de que é fundamental preservar os sistemas ecológicos vitais á produção de alimentos, á saúde, à sobrevivência humana e ao desenvolvimento,

tais como os sistemas agrícolas, sistemas costeiros e de água doce e as florestas nativas, em particular aquelas que protegem bacias ou abrigam espécies ameaçadas.

Queimas, desmatamentos, projetos agrícolas e pecuários de exploração extensiva, grandes garimpos e métodos predatórios de caça e pesca estão causando a rarefação de espécies animais e vegetais e a destruição da cobertura florestal, empobrecendo ecossitemas em áreas onde são indispensáveis à proteção dos solos.

Desde o início deste século, o país vem adotando programas de colonização agrícola voltados para a ocupação dos trópicos úmidos. A construção de vias de acesso às terras da Amazônia e a implantação de atividades agropecuárias ao longo das rodovias Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, Brasília-Belém e Transamazônica configuram o roteiro dessa expansão rumo ao Norte.

A Amazônia, que abriga 75% das florestas brasileiras e 30% das florestas mundiais, começa a acusar os efeitos danosos de uma política de desenvolvimento interessada em desviar as pressões sociais presentes no Nordeste e no Centro-Sul.

Essas soluções conjunturais e paliativas hoje cobram um alto preço e nos convencem, definitivamente, de que a implantação desses projetos deve estar sempre condicionada a um rigoroso critério de preservação do meio-ambiente.

Felizmente, o coração da Amazônia não foi atingido ainda pela ação predatória do homem. No entanto, observam-se os estigmas da degradação ambiental em grandes extensões dos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rondônia e Acre.

Essas marcas que os satélites acusam foram impressas pela voragem de grandes incêndios e pela ação predatória dos garimpos de ouro, sobretudo nas bacias dos Rios Madeira, Tapajós, Araguaia-Tocantins, Jari e Mucajaí. Em muitos desses rios, outrora piscosos, a pesca indiscriminada já ameaça a reposição natural das espécies.

Para reverter tão grave situação, impõe-se uma ordenação territorial que iremos estabelecer, capaz de conduzir as atividades econômicas para áreas com aptidões específicas e promover a integração do aproveitamento dos recursos naturais renováveis com os imperativos da proteção ambiental.

Acervo ISA

A mentalidade de que as riquezas naturais de nosso país eram inesgotáveis violenta a nossa realidade. A necessidade imediata de ações efetivas, objetivando a proteção da floresta Amazônica, patrimônio nacional, com base na Constituição Federal, que atribui ao poder público a responsabilidade pelo direito de todos ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, levam o Governo a criar o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, inserido no amplo "Programa Nossa Natureza".

A nossa natureza de tantos recursos, de tantos sítios de extraordinária beleza, nossas matas, nossos rios, nossa fauna, nossa flora, todo o nosso patrimônio ecológico é um bem intangível que herdamos e que não podemos deixar que se degrade, se destrua. Devemos proteger para não perder.

A vontade política do Governo, que é expressão de uma consciência nacional, exige que neste instante seja adotada uma política nova, que coordene os instrumentos existentes, crie os que forem necessários e desencadeie ações para defender a ecologia e o meio-ambiente.

Congregando esforços de todos os organismos e estimulando a participação dos diversos segmentos da sociedade brasileira, adota-se uma política nacional que procura a efetiva proteção do sistema ecológico amazônico sob um novo enfoque, em que o desenvolvimento respeita a nossa natureza.

Com o ingresso anual de um milhão e meio de jovens, a economia deve se expandir em proporção equivalente. Mas as conquistas da ciência e da técnica dão-nos hoje a possibilidade de conciliar uma produtividade crescente com a manutenção das condições propícias à vida das espécies em seu meio natural.

Ao proteger o patrimônio natural, estaremos resguardando não só o bem-estar dos brasileiros de hoje, mas garantimos a sobrevivência das gerações do futuro.

A toda hora os fatos nos lembram que não reinamos sobre a natureza de forma absolutista, como os conquistadores do passado reinavam sobre os povos dominados. Ao contrário, pertencemos à natureza com a nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro. No entanto, o homem, como escreveu Lorenz "está destruindo pouco a pouco a natureza e devastando a biosfera na qual vive e da qual vive".

Acervo ISA

A eclosão de um traço crítico assinalando a irrupção da nossa espécie, que a distanciou das outras espécies, não significa que a humanidade saiu da natureza: tal ruptura jamais aconteceu.

A grande Floresta Amazônica, com seus ciclos de vida, morte e ressurreição, habitada por uma fauna e flora inumeráveis e mitos ancestrais, faz pensar na harmonia que existe entre a reflexão constante do homem sobre o sentido do universo e a natureza onde ele surgiu e onde continua a viver.

Como o grande antropólogo Lévi-Strauss, também acredito que só "aprenderemos a amar e respeitar melhor a natureza e os seres vivos que a povoam, compreendendo que, vegetais e animais, por mais humildes que sejam, além de fornecer a subsistência, foram para o homem, desde suas origens, a fonte de suas emoções estéticas mais intensas e (...) de suas primeiras e já profundas especulações".

Este é um dever indeclinável de nossa geração: utilizar nossos recursos de maneira não predatória e assegurar os direitos de nossa natureza, natureza do Brasil, patrimônio do povo brasileiro.

Aproveito este instante para dizer que, em 1972, em longo pronunciamento no Congresso Nacional, preocupava-me com esse grave problema. Dizia eu: "A aventura humana prosseguiu. Chegou até aos nossos dias com o desenvolvimento da tecnologia ao esplender do tempo industrial. Nunca tantos viram em tão pouco tempo o mundo mudar tanto. O mundo encurtou e começamos uma era de uma civilização planetária. O mundo todo está dentro das nossas casas e a ciência aliada à técnica não conhece fronteiras para prosseguir nesse caminho fascinante de ampliar o nosso conhecimento a todo o Universo. Mas, à proporção que avançamos nesse rumo, tomamos conhecimento de que todos somos prisioneiros de um pequeno planeta, que, também a velocidade extraordinária, caminha pelos espaços perdidos.

O homem que se julgava objeto da criação e fora da natureza começa a duvidar de sua primazia e, antes de salvar-se, ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a vida em si mesma, se ela não vai mais ter espaço para existir?

Esta é a raiz de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na natureza, não mais em termos somente de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração. Mas, pensar na natureza em termos de que ela pode chefiar uma rebelião impossível contra o próprio homem,

criando uma antiexistência.

É neste ponto fundamental que as nações mais jovens não podem lavar as mãos para assistir ao incêndio, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que, se a terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é somente dos países subdesenvolvidos, mas também dos países em desenvolvimento, dos super-ricos, que, na ânsia de exploração, se comportaram em todo o mundo como pioneiros da ação predatória".

Quero também, ao finalizar, dizer que o Governo não tem, de nenhuma maneira, se descuidado desse problema até hoje. A contrário, posso dizer que, durante o período do meu Governo, nós já criamos 9 parques nacionais: Pari da Cachoeira I e Pari da Cachoeira II; Tarauacá I e Tarauacá II; Amazonas, Roraima, Macauã, Purus e Bom Futuro, num total de 6.327.185 hectares. Foram criados também os parques nacionais da Chapada da Diamantina, da Lagoa do Peixe, de Fernando de Noronha. O Projeto Pimaci I incluiu também a criação de parques Tainuini-Teuni, Sepatini, Acimã, Mamoriá e Curiá, totalizados em 7.343.185 hectares.

Quero também dizer que em áreas de proteção ambiental e estações ecológicas, foram criadas no meu governo cerca de 8 destas estações, num total de 4 milhões de hectares.

No que se refere ao problema indígena, quero dizer que de 1910 até 1984 nós tínhamos 91 áreas indígenas, com uma superfície demarcada de 12.118.840 hectares. Durante o meu governo, de 1985 a 1988, nós demarcamos 23.994.425 hectares de terras indígenas. Mais do dobro do que todas as terras indígenas demarcadas na história do Brasil. Estamos prosseguindo a demarcação em mais 272 áreas, com um total de mais 46.430.898 hectares.

Assim, temos hoje no Brasil 82.544.163 hectares, o que corresponde a quase 10% do território nacional, como reserva indígena. Nos Estados Unidos, a cada índio tem uma reserva de 20 hectares. No Brasil, nós temos hoje 200 hectares para cada indígena.

Na área yanomamy, agora mesmo nós declaramos parque nacional e área indígena 8.200.000 hectares, o que significa quatro vezes o estado de Sergipe, para uma população de yanomamis de 9.910 indígenas reunidos em 19 áreas, separados e protegidos por florestas nacionais que são o seu mundo.

Acervo AMSA

Presidência da República
Secretaria de Imprensa

Desta maneira, poderemos dizer que temos tratado a questão do meio-ambiente e a questão indígena também de uma maneira prioritária, sem alardes, e acredito que estes números causem um certo espanto e uma certa surpresa a toda a Nação aqui colocados na sua realidade.

Eu não queria terminar esta solenidade sem dizer que o governo tem responsabilidades, vai cumprir com as suas responsabilidades. Mas o problema do meio-ambiente, o problema ecológico, ele não é o problema de um governo nem do governo; ele é um problema de consciência nacional. Enquanto no Brasil inteiro todos nós não tivermos uma consciência de que devemos defender a nossa natureza; dentro de cada homem e de cada mulher não existir o sentimento de que ele é um passageiro dessa aventura humana e que tem o dever de resguardar para o futuro a terra onde ele tem os olhos e os pés, nós não caminharemos para alcançar os objetivos de proteger este grande Brasil, para que ele seja legado ao futuro com toda a sua força, toda a força da nossa natureza. Que se crie no Brasil intiero, em cada município, em cada localidade, um conjunto, um clube, um número menor, um que seja, dois, três, quatro pessoas que conscientizem a população, que defenda, que tenha consciência do que deve ser a preservação da natureza e que tenha amor pelo meio-ambiente e pela necessidade que todos nós temos de preservar a nossa natureza, a natureza do nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

/lasl

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIVULGAR
EM 31/12/88
SID

10

Acervo ISA

Meu Governo vem demonstrando com fatos que não tem poupado esforços no campo da proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas:

- no período de 1910 a 1985, foram demarcados pouco mais de 12 milhões de hectares de terras indígenas;

- em nosso Governo, já estão demarcados ou em fase final de demarcação, mais de 37 milhões de hectares;

- na Amazônia, as áreas indígenas estão sendo envolvidas com Florestas Nacionais, representando verdadeiro cinturão verde de proteção a essas comunidades;

- somente a área Yanomani tem, entre reserva e floresta, 8 milhões e 200 mil hectares, o que representa quatro vezes o Estado de Sergipe;

- enquanto os Estados Unidos apresentam índice de cerca de 20 ha/índio, o Brasil já ostenta mais de 200 ha/índio de terras efetivamente demarcadas;

- temos 29 Parques Nacionais e 15 Reservas Biológicas que totalizam 11,5 milhões de hectares, ou seja, 2% do território nacional;

- foram criados nos últimos três anos o Parque de Fernando de Noronha, a Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, e novas Florestas Nacionais no Acre, Rondônia e Amazonas, duplicando a área existente no início do meu Governo.

" PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

- DISCURSO DO MINISTRO JOÃO ALVES FILHO, NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA EM 12 OUT 1988.

12

PRONUNCIAMENTO DO EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR, DR. JOÃO ALVES, NO LANÇAMENTO DO PROGRAMA "NOSSA NATUREZA".

Senhor Presidente da República:

Vossa Excelência, Senhor Presidente, dentro de breves momentos, anunciará à sociedade brasileira um novo Programa de governo e institucionalizará objetivamente uma nova política nacional relativa à preservação ecológica.

O ato é aparentemente formal – pois que formais são as coisas do Estado – mas o seu significado transcende as formalidades do ato e se projeta sobre as janelas do País e sobre as varandas do mundo, como um grito que corta espaço e tempo. Um grito que atinge campos e matas, pântanos e rios, fauna e flora: um grito ecológico, desejado e oportuno.

Talvez neste momento, mais que em outro qualquer, o gesto do Presidente Sarney esteja perpassado pela sensibilidade do Poeta Sarney, para redizer à nação e ao mundo a mensagem de outro poeta – o grande Garcia Lorca –: "VERDE QUE TE QUERO VERDE".

Os ciclos alternativos da economia brasileira, em diversos dos seus estágios, provocaram danos, alguns extremamente graves em várias Regiões do País, seguindo, aliás, processo semelhante ao ocorrido em vários países desenvolvidos e que por sua vez, cuidam também de reverter essa situação. Para nós, portanto, é oportuno que se alie a autoridade do governante à sensibilidade do poeta, para restaurarmos a esperança do verde.

O ecossistema da Mata Atlântica – cuja área original está hoje reduzida a 3% – sofreu em sua fauna e flora os maléficos efeitos da devastação. Restam da vegetação primitiva quase que apenas os preciosos remanescentes contínuos preservados entre os Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul. A natureza, humilhada e ofendida, respondeu com a erosão dos solos, o assoreamento dos rios, a redução da vida, as alterações climáticas .

Acervo ISA

Na Zona costeira, face à urbanização crescente e a especulação imobiliária, destruiram-se os sistemas ecológicos característicos, mormente no tocante às dunas e aos manguesais. Pintou-se de cinza a natureza que dantes era generosa e verde.

A integração da fronteira oeste expôs o Pantanal Mato-grossense às transformações determinadas pela ação devastadora da garimpagem irracional, da ampliação agrícola indiscriminada, pelo uso indevido de agrotóxicos. Desequilibrado o ecossistema, o homem já começa a se fazer vítima do próprio punhal.

No sistema ecológico da Baixada Maranhense, os grandes projetos agrícolas e os desmatamentos e queimadas aceleraram a depreciação ambiental. E não foi possível, então, conter a mão devastadora.

As variáveis conjunturais que orientaram o desenvolvimento descomprometido com o meio ambiente começaram a apresentar-se, de algum tempo a esta data, na Floresta Amazônica, sobretudo através das queimadas de campos e matas. Por isso o Programa que motiva esta solenidade, visa, naquela área, a contenção da atividade predatória do homem, a estruturação de um sistema de proteção ambiental, o desenvolvimento de um processo de conscientização, o regulamento da ocupação e exploração racionais, a proteção às comunidades nativas, a assistência à atividade extrativista.

Estes esforços não foram concebidos sob a égide da precipitação e da ansiedade que poderiam certamente provocar grandes impactos mas, incorreriam no risco de provocar também equívocos graves. São ações objetivas e possíveis, definidoras de uma vontade inabalável do próprio Presidente que, democraticamente, visa atender a um anseio eminentemente nacional.

Mais do que as ações que serão imediatamente implementadas, cabe dar relevo aos grupos de trabalhos que – com tempo e atribuições rigidamente definidas – proporão uma política mais consentânea e racional para o meio ambiente, em suas várias facetas. Vale dizer que esses Grupos, em cada setor específico, terão a participação dos órgãos ambientais dos Estados, cujo saber e experiência serão de importância extrema para a concretização de uma política ecológica nacional de médio e longo prazo.

O elenco de providências que ora serão demarcadas revelam o reconhecimento do valor do patrimônio ambiental e a necessidade de sua preservação, como elementos de um estilo de desenvolvimento que, a partir de agora, se inaugura. Saiu do peito a voz e fez-se grito: "VERDE QUE TE QUERO VERDE".

Acervo ISA

Consciente de nossas riquezas naturais, de nossa natureza, de nossa ecologia, esperamos, nós brasileiros, entregar aos nossos filhos um Brasil desenvolvido, mas preservado.

Integrando ações dos Ministérios do Interior, da Agricultura, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, sob a coordenação da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; determinando que sejam ouvidos o IBDF e a SEMA; instituindo grupos de trabalho interministeriais em que participam também os Ministérios da Justiça, do Trabalho, da Saúde, da Indústria e Comércio, da Educação, das Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Planejamento e Coordenação, além da já referida presença dos Estados; determinando ao Conselho Nacional do Comércio Exterior a elaboração de Instrução Normativa para regular a exportação de madeira em toras; e, por fim, criando uma Comissão Executiva para coordenar e controlar as atividades, o diploma que institui o Programa NOSSA NATUREZA mobiliza todo o governo.

Distribuindo tarefas, definindo objetivos claros e respeitando as vocações regionais, Vossa Excelência, Senhor Presidente, compõe soluções a um só tempo sociais, econômicas e ecológicas. Integradamente humanística e seguramente brasileiras.

Uma demonstração de que a preservação ecológica é preocupação sobretudo dos brasileiros é o reconhecimento da própria ONU que, recentemente, enfatizou que a Constituição Brasileira, recém-promulgada, é, dentre todas as do mundo, aquela que mais dedica espaço ao meio ambiente.

Por tudo isto, estamos vivendo, nesta ocasião, não uma solenidade vazia de sentido e oportunidade, mas, muito ao contrário, uma liturgia da responsabilidade governamental aliada à sensibilidade mais conseqüente. O homem anfíbio da Amazônia poderá em breve ter nas fartas águas amazônicas, a água lustral em que, vendo refletida a sua face, verá espelhada a gratidão de todos.

Não procura o Programa "NOSSA NATUREZA", ao traçar uma política de ocupação racional da Amazônia, isolá-la em uma redoma. Cabe-nos, isto sim, ocupá-la pelos brasileiros e para os brasileiros. Como já disse o Presidente Sarney: "uma nação que tem o Amazonas não pode temer o futuro". Queremos o futuro, queremos o desenvolvimento e temos a certeza de que um e outro não são incompatíveis com a preservação ecológica racional e adequada.

ISA - Acervo ISA

A nossa política do meio ambiente, que se delineia no Programa que hoje se institucionaliza, é realista. Sem esquecer que somos um País em desenvolvimento, com elevado índice de crescimento demográfico, e que, em consequência precisamos criar 1,7 milhões de empregos por ano. E a região amazônica tem um papel importantíssimo a cumprir, em face das suas potencialidades econômicas. Papel que ela há de cumprir — repita-se — dentro da concepção de que desenvolvimento não é incompatível com preservação racional do meio ambiente.

O Ministério do Interior continua a postos para essa grande missão. Já vínhamos fazendo, em convênio com os Estados de Rondônia e Mato Grosso, de modo silencioso mais efetivo, promovendo o zoneamento agroecológico de suas áreas, já concluído e que agora estamos estendendo para toda a Amazônia. E essa ação substantiva, tão enfaticamente elogiada pelo Banco Mundial, pelo BID e pela FAO, soma-se adequadamente ao Programa "NOSSA NATUREZA". Como dantes, continuamos a postos, sentinelas de um futuro amazônico desenvolvido e racional.

E assim, Senhor Presidente, esta solenidade tem o sentido de resposta ao desafio de construir o amanhã. Um amanhã de homens livres e uma natureza livre. Se tal não ocorresse, aconteceria conosco aquilo que Kantorovicz denuncia nos versos famosos:

> "Na primeira noite eles entram em nosso jardim, roubam-nos uma flor, e não dizemos nada;
>
> Na segunda, já não se escondem, pisam o nosso jardim, matam nosso cão, e não dizemos nada;
>
> Na terceira, conhecendo nosso medo, invadem nossa casa, roubam-nos a luz, arrancam nossa voz da garganta, e aí já não podemos dizer mais nada..."

É tempo, ainda, Senhor Presidente. Prova-o Vossa Excelência, com a sensibilidade de legítimo filho da Amazônia, para alegria dos brasileiros.

Muito Obrigado.

" PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

- DECRETOS Nºs 96.943 e 96.944 de 12 OUT 1988 -

DECRETO Nº 96.943 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1988

Dispõe sobre os incentivos e créditos oficiais a projetos agrícolas e pecuários na Amazônia Legal e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica suspensa, pelo prazo de noventa dias, a aprovação de projetos agrícolas e pecuários, na Amazônia Legal, em áreas revestidas pela floresta tropical, para fins de concessão dos incentivos relativos ao Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, previstos no Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, modificado pelo Decreto-Lei nº 2.304, de 21 de novembro de 1986.

Art. 2º - Fica suspensa, também, pelo prazo de noventa dias, a concessão de créditos oficiais de investimento a projetos pecuários na Amazônia Legal, em áreas revestidas pela floresta tropical.

Art. 3º - O disposto nos artigos anteriores abrange os projetos de ampliação, modernização, adequação técnica ou reformulação de empreendimentos anteriormente aprovados.

Art. 4º - Fica suspensa a concessão de incentivos e créditos oficiais a projetos agropecuários na Mata Atlântica, em áreas revestidas de floresta nativa, inclusive em fase de regeneração.

Art. 5º - No prazo a que se referem os artigos 1º e 2º, serão estabelecidos novos critérios e normas para a concessão dos créditos e incentivos oficiais neles referidos.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de outubro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

DECRETO Nº 96.944 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1988

Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso IV, e considerando o disposto no artigo 225 da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza, com a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, mediante a concentração de esforços de todos os órgãos governamentais e a cooperação dos demais segmentos da sociedade com atuação na preservação do meio ambiente.

Art. 2º - São objetivos do Programa Nossa Natureza:

I - conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;

II - estruturar o sistema de proteção ambiental;

III - desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente;

IV - disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial;

V - regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica; e

VI - proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo.

Art. 3º - É criada a Comissão Executiva do Programa Nossa Natureza, composta por representantes dos Ministérios da Agricultura, do Interior, da Ciência e Tecnologia e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do Gabinete Civil da Presidência da República e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República.

§ 1º - Poderão integrar a Comissão Executiva, como convidados, os representantes dos Estados localizados na área da Amazônia Legal.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva, sob a presidência do Secretário-Geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional - SADEN/PR, planejar, coordenar e controlar as atividades do Programa Nossa Natureza.

Art. 4º - Para os efeitos do artigo 2º deste Decreto, são instituídos os seguintes Grupos de Trabalho Interministerial - GTI:

I - Proteção da Cobertura Florística, com a missão de estudar e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, um sistema de proteção da cobertura florística, integrado por representantes dos Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Interior e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

II - Substâncias Químicas e Processos Inadequados de Mineração, com a missão de, no prazo de 90 (noventa) dias, estudar e propor medidas contra os riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, decorrentes do uso de substâncias químicas e processos inadequados de mineração, integrado por representantes dos Ministérios do Trabalho, da Saúde, das Minas e Energia, do Interior e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

III - Estruturação do Sistema de Proteção Ambiental, com a missão de, no prazo de 60 (sessenta) dias, analisar a estrutura de proteção ambiental e propor alterações que propiciem a sua eficácia, integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, do Interior e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

IV - Educação Ambiental, com a missão de, no prazo de 60 (sessenta) dias, desenvolver um processo de educação e de conscientização públicas em favor da conservação do meio ambiente, integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Educação, da Indústria e do Comércio, do Interior, da Cultura, do Gabinete Civil e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

V - Pesquisa; com a missão de, no prazo de 60 (sessenta) dias, estudar e propor a organização e a reestruturação dos órgãos federais na Amazônia Legal, que atuam na área científico-tecnológica, integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Interior, da Ciência e Tecnologia, e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

VI - Proteção do Meio Ambiente, das Comunidades Indígenas e das Populações Envolvidas no Processo Extrativista, com a missão de, no prazo de 90 (noventa) dias, estudar e propor e promover as medidas disciplinadoras da ocupação e da exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial, integrada por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, dos Transportes, do Interior, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República.

§ 1º - A Comissão Executiva do Programa, indicará outras metas e diretrizes necessárias aos trabalhos de cada Grupo de Trabalho Interministerial.

Acervo ISA

§ 2º - A Comissão Executiva do programa, mediante proposta dos Grupos de Trabalho Interministerial, poderá convidar, para participar dos respectivos trabalhos, representantes de entidades ambientalistas e da comunidade técnico-científica atuantes na Amazônia Legal.

Art. 5º - A Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional proverá o apoio administrativo aos Grupos de Trabalho Interministerial de que trata o artigo anterior.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de outubro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

José Sarney

" PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

- PRESSUPOSTOS E CONDICIONANTES -

ISA Acervo

PROGRAMA NOSSA NATUREZA

PRESSUPOSTOS

— Físicos

- Implantação de projetos modulares em áreas prioritárias.

— Financeiros

- Compatibilização com o orçamento.
- Captação de recursos externos.
- Participação do setor privado.

— Legais

- Adequação da legislação ambiental à nova Constituição, visando a eficácia do SISNAMA.

— Institucionais

- Máximo aproveitamento e racionalização da infra-estrutura existente.

— Econômico Sociais

- Compatibilização das atividades de mineração e agropecuária com a conservação ambiental, assegurando a continuidade do desenvolvimento regional.
- Racionalização da atividade extrativista florestal, visando compatibilizar a conservação das florestas com a vocação natural das comunidades locais.
- Definição das áreas indígenas e o desenvolvimento dessas comunidades visando sua integração total às sociedades regionais.

— Tecnológicos

- A utilização dos meios de sensoriamento eletrônicos na prevenção, controle e combate da degradação das florestas.

- O desenvolvimento de pesquisas visando o aproveitamento sustentado da floresta tropical, através da concentração ou não dos órgãos existentes.

— Políticos

- Surgimento, na Amazônia, de novas áreas de prospecção e exploração minerais, atraindo grandes contingentes de garimpeiros, os quais desenvolvem suas atividades descontroladamente.

- A Atividade extrativista florestal, atividade tradicional das populações amazônicas, apresenta baixíssima produtividade.

- A incipiente estrutura viária e a distância dos grandes centros consumidores constitui-se em um entrave a economia regional.

- A existência de cerca de 80.000 índios em diferentes graus de aculturação, as peculiaridades de sua cultura e a necessidade de integrá-los à sociedade regional.

Acervo ISA

PROGRAMA NOSSA NATUREZA

CONDICIONANTES

1. Geográficas

Os trabalhos visarão ações na Amazônia Legal.

Face a extensão da área e aos diferentes estados de degradação ambiental há necessidade de se priorizar áreas críticas.

2. Financeiras

a. Interna

1) Governo

O Orçamento já definiu a destinação da maior parte dos recursos disponíveis em 89. Haverá necessidade de conciliar as propostas com as disponibilidades dos diferentes órgãos.

2) Setor Privado

b. Externas

- Existem organismos internacionais interessados em investir na preservação ambiental da Amazônia.

3. Legais

A Constituição Federal traz em seu bojo a base legal para as medidas de proteção ambiental.

Considerar também a existência da legislação atual, no que diz respeito as atribuições e deveres do SISNAMA.

4. Institucionais

Considerar a atual infra-estrutura governamental do SISNAMA.

Considerar também a partipação da sociedade em geral, principalmente da comunidade científica e grupos ambientalistas.

5. Sócio-Econômicas

O avanço da fronteira agrícola na direção da Amazônia Legal ocasionou a migração de pequenos agricultores e de empresas

agropecuárias, que ocupam, desordenadamente, as terras ao longo dos eixos (estradas) de penetração.

6. Políticas

O envolvimento de 9 Unidades da Federação exigindo ampla coordenação das ações e dos recursos.

A determinação governamental de inverter o processo atual de degradação ambiental.

Acervo ISA

" PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

- PALESTRA PROFERIDA PELO MINISTRO RUBENS BAYMA DENYS, SECRETÁRIO GERAL DA SADEN/PR, EM 13 JAN 1989 -

Acervo ISA

O PROGRAMA NOSSA NATUREZA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Amazônia Legal compreende uma área de 5.029.322 Km², constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, área que corresponde a 58,8% do território nacional - ou seja, mais da metade da enorme extensão do Brasil. (Figura nº 1)

Esta imensa área abriga a maior Floresta Tropical Úmida do mundo, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua ocupação e colonização. O mundo teme que se repitam nesta grande reserva florestal - designada frequentemente como o "pulmão da Humanidade" - os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continentes inteiros, como a África, a Ásia, a Europa e, mesmo, as Américas do Norte e Central.

O Brasil comunga desta preocupação universal com a última grande floresta tropical intacta do globo terrestre. No momento atual, enquadrado na oportuna onda de preservacionismo que - com certo retardo, é bem verdade - embala a consciência mundial, o País despertou para o problema e está procurando, com seriedade, equacioná-lo e buscar as soluções mais adequadas..

Em relação à problemática do meio-ambiente no Brasil destacam-se dois aspectos importante e atuais:

- A situação preocupante em relação ao problema ambiental no País, especialmente no que se refere à ocupação e à exploração dos recursos naturais da Bacia Amazônica;

- O despertar das atenções do povo e do Governo brasileiros para a necessidade de coibir os abusos verificados e evitar que tais práticas se estendam a outras áreas da Amazônia.

Acervo CAISA

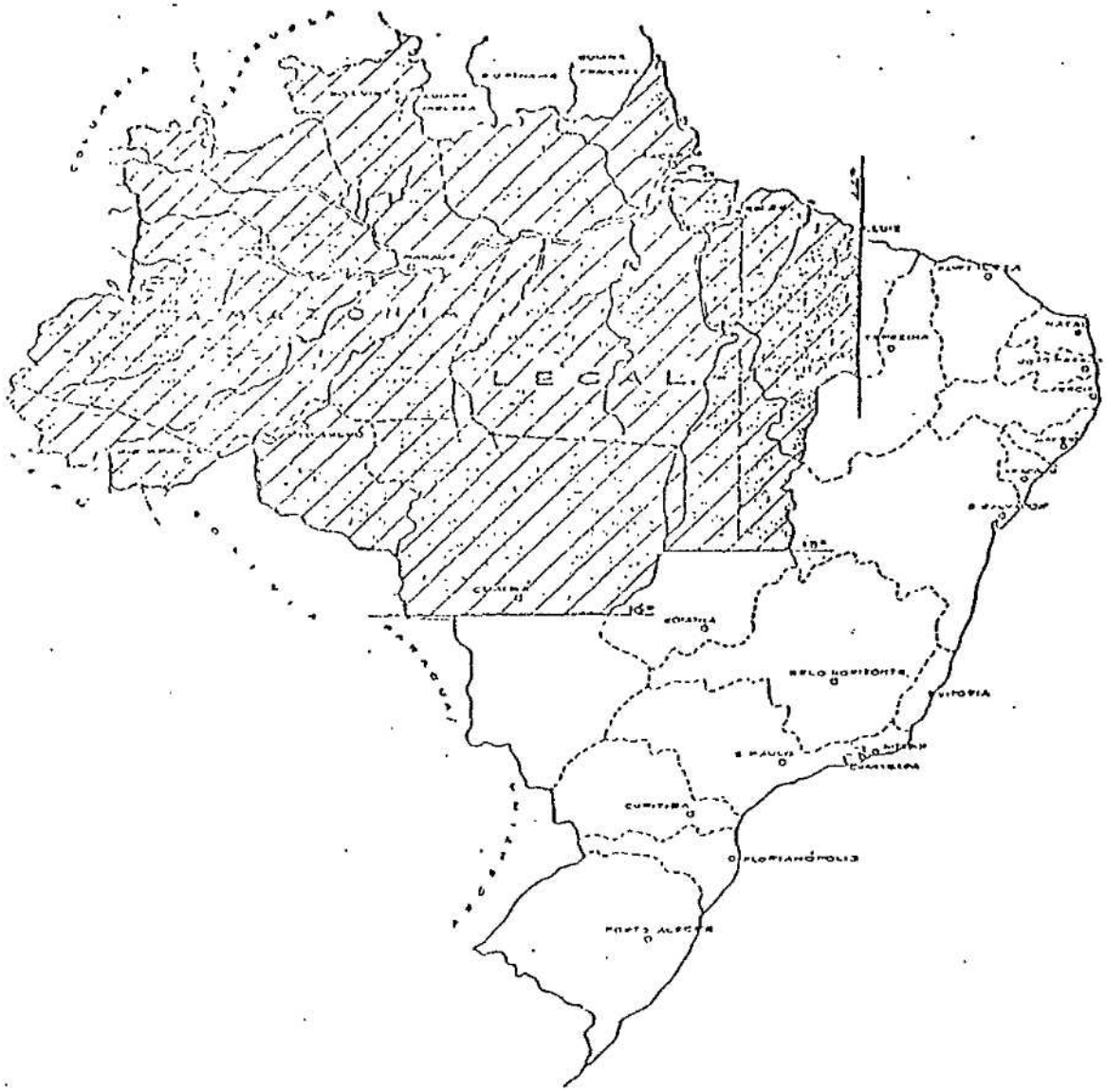


FIGURA 1: AMAZÔNIA LEGAL

Acervo ISA

Antes de tudo, são necessárias uma compreensão mais exata e uma visão real da complexidade dos problemas amazônicos.

Na ocupação da imensa região amazônica, três fases distintas podem ser apontadas:

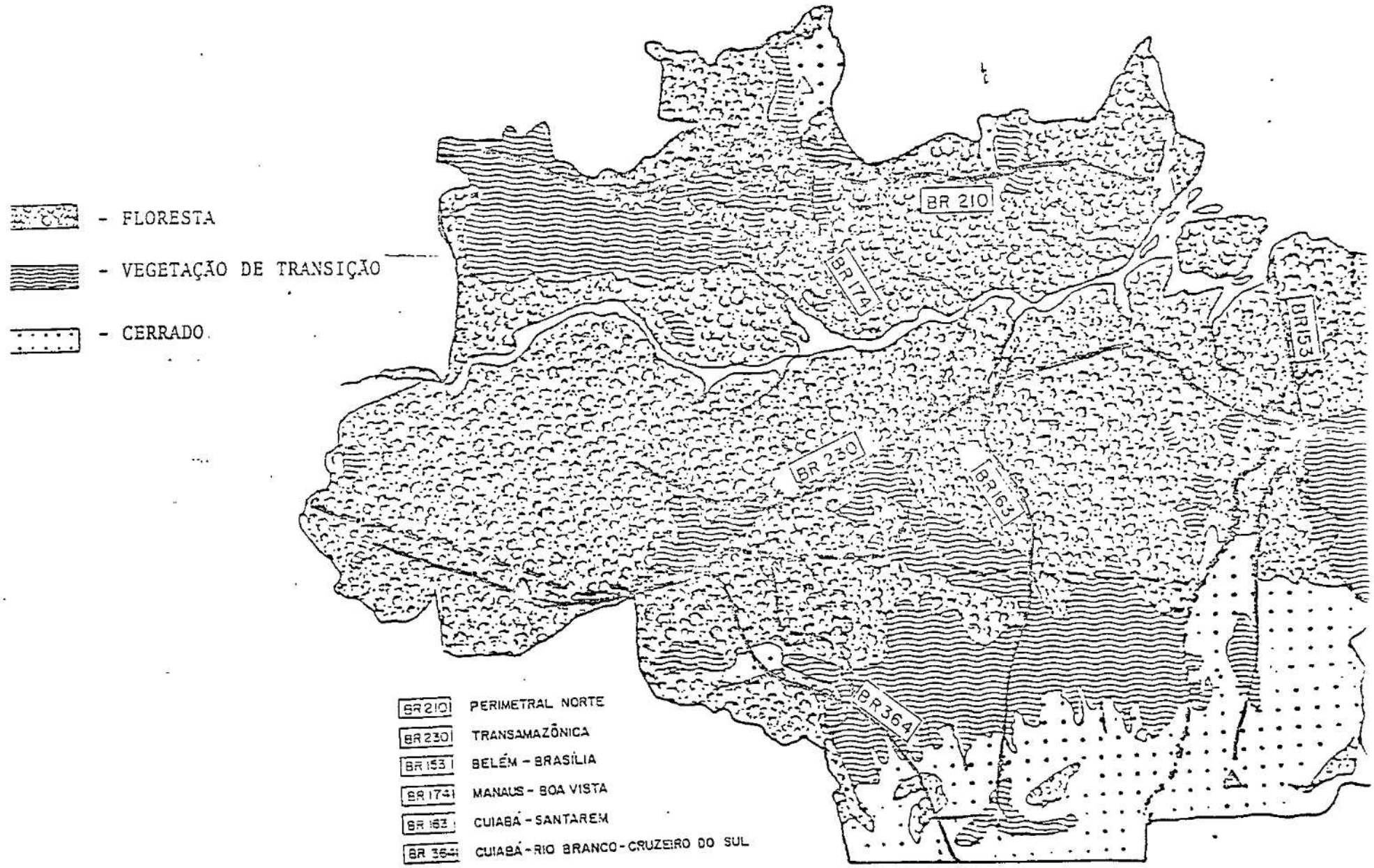
- Uma primeira fase de ocupação tradicional, com penetração pelos rios, de atividade eminentemente extrativa. Esta fase inclui o famoso "Ciclo da borracha", que proporcionou a época áurea da economia amazônica e o surpreendente desenvolvimento urbano, político e cultural de Manaus. A extração da castanha, da juta e de outros produtos de grande valor comercial também foi iniciada neste período, assim como a pesca fluvial e a garimpagem nos leitos dos rios.

- Uma segunda fase, decorrente da expansão econômica do país, que agravou os desequilíbrios regionais e deslocou grandes contingentes humanos para a Amazônia, em busca das oportunidades que já se esgotavam nas tradicionais áreas rurais do Sul e do Sudeste. Grandes projetos agropecuários, governamentais e privados, bem como um sem número de empreendimentos menores se instalaram na área, condicionados pela abertura das estradas e incentivados pelo próprio Governo. Esta fase inclui também os grandes projetos de mineração e de produção de energia, bem como a expansão indiscriminada da garimpagem, da caça e da pesca predatórias e de outras atividades motivadas, via de regra, pela ganância e pela aventura. Esta fase desenvolveu-se de forma excessivamente rápida e desordenada. A nova fronteira econômica se instalou sem que a região dispusesse de uma infra-estrutura de governo adequada ao seu controle a à condução racional do processo. O Governo, pode-se dizer, viu-se "atropelado" pela expansão que ele próprio incentivou.

- A terceira fase, já desencadeada e que se pretende incrementar de imediato, é a busca de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Um modelo baseado na ordenação, na exploração racional e orientada, na máxima preservação do meio-ambiente, na proteção das comunidades indígenas e da população da área. Em suma: uma fase de desenvolvimento sustentado.

O problema amazônico, que se reconhece sério e preo

AMAZÔNIA LEGAL



33

cupante, não chega a ser insolúvel ou desesperador. É oportuno um esclarecimento sobre as suas reais dimensões:

A figura nº 2 mostra as áreas críticas mais sujeitas aos desmatamentos e às queimadas. Ela reproduz esquematicamente os dados do mosaico de imagens colhidas pelo Satélite "Landsat 5" em setembro de 1988.

Como se pode verificar, as áreas mais atingidas pelo desmatamento e pelas queimadas situam-se no Estado do Tocantins; no Norte de Mato Grosso; ao longo da Rodovia Transamazônica e na área adjacente do Projeto Grande Carajás, no Pará; no Oeste do Maranhão e nos Estados do Acre e de Rondônia. São todas áreas submetidas a intenso processo de ocupação e exploração econômica, especialmente através de empreendimentos agropecuários. Situam-se nas regiões acessíveis da Amazônia ao longo dos principais eixos rodoviários: a Belém-Brasília, a BR 364 (Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco), a Cuiabá-Santarém e a própria Transamazônica. A ocupação dessas áreas, em si mesma, tem sido um imperativo do desenvolvimento, visando à abertura de nova fronteira econômica e à integração da Amazônia ao restante do País. Porém é preocupante a forma indiscriminada e predatória com que esta ocupação vem se realizando, com intensa utilização das queimadas e outros processos irracionais de destruição da cobertura florestal.

Outras atividades cada vez mais intensas nessas mesmas áreas, como a mineração e a garimpagem, concorrem para a poluição dos rios amazônicos, onde são despejadas quantidades excessivas de mercúrio e outros produtos químicos poluentes.

Cabe ressaltar que a informação divulgada pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com base em fotografias tiradas do Satélite NOAA-9, destinado à medição meteorológica, aponta sérias distorções em relação à real dimensão das queimadas. Este Satélite, que orbita a 833 Km da Terra e registra uma área de mais de 1 milhão de m², é inadequado ao sensoriamento das queimadas. Sensível ao calor, tende a superestimar a área realmente atingida pelo fogo. Já o "Landsat", que fotografa áreas menores, de 30 a 80 m², tem maior precisão. Segundo Philip Fearnside, ecologista norte-americano, pesquisador do

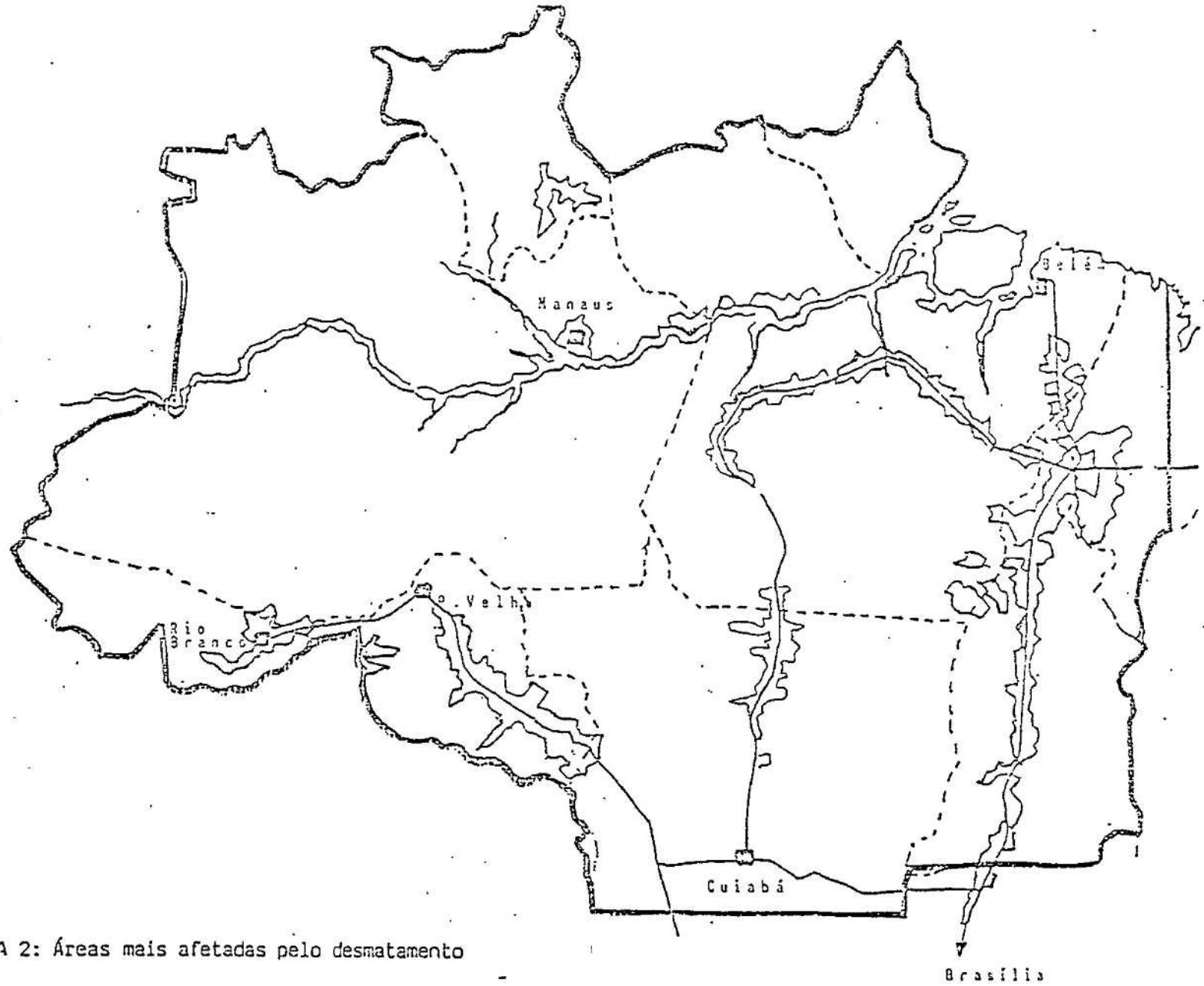


FIGURA 2: Áreas mais afetadas pelo desmatamento

Acervo ISA

INPA (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas), que há mais de 14 anos desenvolve estudos sistemáticos sobre o desmatamento da região e tem sido um dos mais severos críticos das queimadas e do desmatamento predatório, houve um exagero na estimativa do INPE.

De qualquer modo, os dados levantados pelo INPA, menos assustadores que os do INPE, não deixam de preocupar: mesmo considerando-se que os desmatamentos ainda representam uma porcentagem ínfima da área total da Amazônia (cerca de 5%), que permanece intocada em sua quase totalidade, a forma como a ocupação vem sendo feita é inadmissível. As queimadas, além dos danos irreparáveis à natureza, acarretam intensa produção de gás carbônico, causando alterações na camada atmosférica e no próprio clima, entre outros grandes inconvenientes. Acresce o fato de que, em grande parte, as áreas desmatadas para a exploração agropecuária não são adequadas para tal. Estudos realizados no âmbito do Projeto RADAM indicam que apenas 30% das terras amazônicas (incluindo as grandes áreas de campos e cerrados) se prestam a esta atividade, em razão das características físico - químicas de seu solo.

A preocupação mundial para com o que vem ocorrendo na Amazônia Brasileira é, pois, plenamente justificável. O povo e o governo do Brasil também se preocupam. A imensa área da Bacia Amazônica, equivalente a quase 60% da extensão do País e depositária de enormes riquezas vegetais e minerais, tem de ser ocupada e explorada, mas de forma racional, ordenada e rigidamente controlada, integrando-se o aproveitamento dos recursos naturais, renováveis ou não, com os imperativos da proteção à flora, à fauna e às comunidades indígenas que nela vivem. A ameaça ao ecossistema amazônico requer medidas urgentes, capazes de conter o processo predatório antes que o equilíbrio ecológico se torne irreversível.

O Brasil, ainda que às voltas com os problemas inerentes à sua condição de país em desenvolvimento e pressionado por sua imensa dívida externa, já deu provas de que tem condições de enfrentar mais este desafio e de reverter o processo. Aqui se implantou um dos maiores, senão o maior, programa de pro

Acervo ISA

dução de energia renovável em todo o mundo: o Pro-Álcool. Este programa, de incontestável êxito, além de reduzir drasticamente o consumo e a queima dos combustíveis fósseis, que poluem, sem retorno, a atmosfera terrestre, proporciona a recuperação, através do processo biológico de crescimento dos imensos canaviais que o sustentam, de igual quantidade de carbono lançado à atmosfera pelos motores movidos pelo álcool que produz.

Por outro lado, o País dispõe de um sistema de sensoriamento remoto por satélite que só encontra paralelo nas nações grandemente desenvolvidas, capaz de fotografar todo o território nacional, com detalhes precisos, a cada 26 dias. Este sistema será de grande valia para a condução do processo de desenvolvimento sustentado.

O Brasil e o Mundo necessitam dos recursos explorá veis da Amazônia. É preciso que o acesso a eles, no entanto, não venha a implicar na destruição de outro importante patrimônio: a floresta que o cobre e protege.

O Governo Brasileiro entende que o problema amazônico existe, é sério e exige uma ação urgente, eficaz e permanente. Por esta razão, o Presidente José Sarney acaba de implantar um Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado "Programa Nossa Natureza", coordenado por um órgão de sua assessoria direta - a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional - (SADEN/PR).

O Programa Nossa Natureza tem por finalidade mobilizar toda a Nação brasileira na conjugação de esforços e de recursos de toda a ordem para reverter o processo de degradação dos complexos de Ecossistemas brasileiros, em particular da Amazônia Legal, e criar condições para harmonizar o desenvolvimento nacional com as modernas técnicas de preservação do meio-ambiente já em curso nos países mais desenvolvidos.

2. OBJETIVOS DO PROGRAMA

O Programa Nossa Natureza foi lançado com os seguintes objetivos:

- Conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;

- Estruturar o sistema de proteção ambiental;

- Desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente na Amazônia Legal;

- Disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas na ordenação territorial;

- Regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica; e

- Proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo.

3. COMISSÃO EXECUTIVA E GRUPOS DE TRABALHO

Para a fase inicial de montagem e planejamento, foram constituídos 6 Grupos de Trabalho Interministerial cujas atividades são acompanhadas e coordenadas por uma Comissão Executiva, integrada por representantes de todos os Ministérios e Órgãos envolvidos com a proteção do meio ambiente.

São os seguintes os GTI, com as respectivas atribuições:

GRUPO I - PROTEÇÃO DA COBERTURA FLORÍSTICA

Cabe ao grupo estudar e propor medidas que visem a proteger a cobertura florística, inclusive contra incêndios, e a disciplinar sua utilização, seu manejo e sua conservação.

GRUPO II - SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E PROCESSOS INADEQUADOS DE MINERAÇÃO

Tem por tarefa realizar estudos e apresentar propostas que visem a melhorar as condições de trabalho e de proteção à saúde, bem como diminuir os riscos de contaminação do meio-ambiente nas atividades mineradoras, particularmente de garimpos.

Acervo ISA

GRUPO III - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Tem por finalidade propor medidas que possibilitem tornar mais eficiente o sistema de proteção ambiental, através da sua racionalização e do fortalecimento das instituições a ele vinculadas.

GRUPO IV - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tem por finalidade estudar e apresentar medidas que possibilitem criar em todos os segmentos da sociedade brasileira a consciência da necessidade de proteção do meio ambiente, em particular da Amazônia.

GRUPO V - PESQUISA

É sua missão apresentar propostas que possibilitem a criação de um Centro de Pesquisa de Floresta Tropical, que possa mobilizar e coordenar as ações dos organismos federais ligados à pesquisa amazônica, visando à integração de esforços para o desenvolvimento de técnicas apropriadas à utilização dos recursos naturais renováveis.

GRUPO VI - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E DAS POPULAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROCESSO EXTRATIVISTA

Cabe-lhe estudar e propor medidas que possibilitem conduzir o ordenamento territorial da Amazônia, harmonizando as atividades econômicas com as de proteção do meio-ambiente das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista.

Todos os grupos de trabalho, já em atividade permanente, estão orientados para manter ligações técnicas com os órgãos federais, estaduais e privados com atuação no setor, visando ao aproveitamento da sua experiência e das suas estruturas, inclusive quanto ao acolhimento de propostas e colaboração.

Os grupos deverão concluir os seus trabalhos, sob a coordenação da Comissão Executiva, no prazo máximo de 90 dias, ou seja, no final do corrente mês.

Acervo ISA

Concluída esta fase inicial de avaliação e planejamento, e após um amplo debate com os Governos dos Estados Amazônicos, com o Centro de Estudos Amazônicos e outros organismos com atuação na área, as propostas serão submetidas ao Presidente da República. As medidas decorrentes, cuja decisão se situe na alçada do Poder Executivo, serão implantadas de imediato. As demais serão submetidas à apreciação do Congresso Nacional.

4. MEDIDAS COMPLEMENTARES

O Projeto Nossa Natureza foi lançado em meados de outubro de 1988. Paralelamente ao Lançamento do programa, importantes medidas de governo foram tomadas:

- Mediante Decreto Presidencial, foi suspensa a concessão de incentivos do FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia, assim como a concessão de créditos oficiais de investimento a projetos pecuários na Amazônia Legal. Neste prazo de 90 dias, novos critérios para a concessão de créditos e incentivos oficiais serão estabelecidos, com base nos estudos desenvolvidos no âmbito do Programa Nossa Natureza.

- Foi também suspensa, por Instrução Normativa do CONCEX(Conselho Nacional do Comércio Exterior), a exportação de madeira em toras, atividade que vinha concorrendo para o desmatamento de algumas regiões da Amazônia.

- Refletindo, do mesmo modo, a preocupação com proteção do meio ambiente do Governo Brasileiro, recente portaria ministerial determina que sejam ouvidos, obrigatoriamente, a SEMA e o IBDF nos processos de aquisição de imóveis rurais para a Reforma Agrária, na destinação de terras devolutas para assentamento de agricultores e em todos os projetos particulares de colonização submetidos ao MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário).

Outras medidas certamente virão, com o desenvolvimento do Projeto Nossa Natureza. É uma tarefa de todo o Governo Brasileiro, com a mais alta prioridade para execução. Mais do que do Governo, é uma tarefa de todo o povo brasileiro.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento racional da Amazônia Brasileira, preser-

Acervo ISA

vando a natureza e protegendo as comunidades indígenas, é responsabilidade dos brasileiros. Entretanto, toda a cooperação internacional, que o Brasil considerar indispensável para o seu desenvolvimento sustentado, será muito bem-vinda. A Floresta Amazônica é, em sua maior extensão, brasileira, e o Brasil está consciente do importante papel que lhe cabe na preservação deste verdadeiro tesouro ecológico sul-americano, cujo aproveitamento racional e cuja proteção exigem um esforço integrado com os demais países amazônicos, contando com a cooperação internacional particularmente quanto a recursos financeiros e tecnológicos.

O processo de deterioração do meio ambiente, presente em todo o mundo, alcançou dimensões preocupantes pela falta de previsão e pela ambição do próprio homem, em seu afã de desenvolvimento. Extensas áreas dos cinco continentes foram devastadas em nome do progresso. A Amazônia é, hoje, o último grande reduto ecológico praticamente intocado deste castigado e vilipendiado planeta. É preciso evitar que os mesmos erros até hoje cometidos em nome do progresso acabem, também, por vitimá-la.

A Amazônia brasileira é patrimônio soberano do Brasil. O País não abrirá mão de ocupá-la e de explorar os recursos naturais que ela contém. Pretende fazê-lo, porém, de forma harmônica, ordenada e racional.

São três os principais desafios básicos para a implantação do desenvolvimento sustentado da Amazônia:

1 - Quanto às áreas preservadas, ou seja, aquelas ainda não ocupadas ou exploradas, que correspondem a mais de 90% da área total:

- Ocupação racional, preservação do meio ambiente e proteção das comunidades indígenas e da população.

2 - Quanto às áreas de fronteira agrícola, em processo de ocupação:

- Controle e condução do processo.

3 - Quanto às áreas já ocupadas:

- Restauração da capacidade produtiva.

Acervo ISA

O Brasil - Governo e povo unidos no mesmo propósito - está decidido a enfrentar os desafios. Em coordenação com os demais países amazônicos e contando com a cooperação internacional, pretende vencê-los a qualquer custo.

O Programa Nossa Natureza é um passo decisivo nesta direção.

Temos consciência de que o Brasil tem um grande patrimônio, singular no mundo: a única e maior grande floresta úmida tropical. Logo, não cometeríamos jamais a insensatez de destruí-la. Não podemos repetir o crime que foi cometido no mundo inteiro. Mas reconhecemos que o meio-ambiente é um problema cultural. Não basta uma vontade política; é necessária uma consciência nacional, disseminada no povo. Querer simplificar o problema, transformando-o numa campanha mundial contra o Brasil, pode gerar um efeito contrário: um nacionalismo xenóbofo, tipo "a Amazônia é nossa", que, passionalizado, obscurece o problema e dificulte a sua solução.

" PROGRAMA NOSSA NATUREZA "

- PALESTRA PROFERIDA PELO MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR,

JOÃO ALVES FILHO, EM 13 JAN 1989 -

Acervo ISA

Senhores

É com muita honra que me dirijo a essa distinta Comissão do Congresso norte-americano, que ora nos visita, para colocar pontos que entendo necessários ao esclarecimento de algumas questões às quais o Brasil atribui elevada importância, voltadas sobretudo ao meio ambiente e assuntos indígenas, e que têm, há algum tempo, chamado a atenção dos mais diversos grupos sociais e entidades do todo o mundo.

De início quero referir-me e lembrar o Presidente John Fitzgerald Kennedy por colocação que parece dotada de extremo senso de atualidade para o momento brasileiro: "uma sociedade que não for capaz de ajudar os muitos que são pobres não poderá salvar os poucos que são ricos".

Trata-se pois de um grande desafio à sociedade brasileira: ocupar imensos espaços territoriais, reduzir os efeitos danosos da deterioração ambiental em áreas de densa ocupação urbana e industrial e ao mesmo tempo prover a melhoria geral da qualidade de vida de sua população em todos os recantos do País, reduzindo desse modo a desigualdade de renda entre pessoas e regiões.

I - DESNÍVEIS REGIONAIS

Nos últimos trinta anos, graças a uma série de fatores positivos associados (poupança externa, capacitação empresarial, competência e capacidade de adaptação de nossa mão-de-obra às inovações tecnológicas, novas fronteiras agrícolas, abundância de recursos naturais, iniciativa pública assumindo setores infra-estruturais,etc), o País deu significativo salto a ponto de tornar-se, no início da década de 80, a oitava economia industrial do mundo.

Acervo ISA

Entretanto, a persistência de graves desequilíbrios regionais, que consubstancia uma das mais marcantes características do desenvolvimento brasileiro, nos impõe um longo caminho de lutas e firme determinação no sentido de reverter esse quadro. Ocupamos, no ranking mundial, em termos sociais e de qualidade de vida, o 54º lugar, temos uma das populações urbanas de maior crescimento no planeta (mais do dobro da americana) e ainda precisamos criar compulsoriamente 1.700.000 empregos para os nossos jovens, que a cada ano chegam à idade de trabalho. A questão do desenvolvimento econômico para os brasileiros não se constitui portanto em uma opção, mas numa imposição de sobrevivência, para construirmos uma sociedade com um mínimo de justiça social e equilíbrio político.

Com efeito, ao lado de regiões prósperas e dinâmicas, como o Sul e o Sudeste, que hoje exibem indicadores econômicos, sociais e tecnológicos avançados, existem vastas áreas, ainda que densamente povoadas, parcamente aquinhoadas com os benefícios do progresso. Essa é precisamente a situação do Nordeste que, abrigando 30% da população do País, contribui com apenas 12% do Produto Interno Bruto. O Sudeste, representando cerca de 43% da população total do País responde por mais de 62% do Produto. Por esse fato, a renda per-capita do Nordeste significa pouco mais de 41% da média brasileira, enquanto o Sudeste representa 143% desse indicador e o Estado de São Paulo 180%.

As Regiões Norte e Centro-Oeste, detendo 2/3 de toda a superfície do Território Nacional continuam a caracterizar-se como grandes vazios econômicos, cuja ocupação e aproveitamento racional das suas imensas potencialidades, são fundamentais para o futuro do Brasil.

Sendo, portanto, o desenvolvimento um imperativo para o povo brasileiro, conscientizamo-nos da necessidade do estabelecimento de um modelo que compatibilize o crescimento econômico com o máximo de preservação ecológica, protegendo nossas imensas riquezas naturais, que são patrimônio inalenável do nosso povo.

Para isso temos estabelecido uma política ambiental conseqüente e amadurecida, consolidada não apenas por um arcabouço legal, mas por ações objetivas que se ampliaram consideravelmente no Governo do Presidente Sarney, seja pelo fortalecimento do seu órgão específico, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, seja pelo envolvimento de ações integradas de vários Ministérios.

Acervo ISA

Essa política tem custado ao Governo Brasileiro um excepcional esforço, já que medidas de preservação ecológica exigem, além da conscientização e educação de toda a sociedade, investimentos físicos e tecnológicos que representam recursos elevadíssimos, dos quais somos carentes. Tanto mais que somos permanentemente pressionados pelos justos anseios de uma Nação continental, contigenciada a estabelecer prioridades essenciais das quais avulta o enfrentamento da miséria pura e simples, tão visível em algumas regiões e segmentos de nossas classes sociais.

São problemas, evidentemente, já de há muito superados pelos países do 1º Mundo, cujas populações desfrutam de elevado padrão de vida, protegidos por um sofisticado "well fare state", mas que ainda afloram dramaticamente em sociedades como a nossa, agravadas pela inflação e pelos insuportáveis custos de nossa dívida externa responsável pela absorção da quase totalidade dos nossos saldos comerciais, privando-nos de investimentos à altura na área social.

II - NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

O Centro-Oeste e a Amazônia, em conjunto, mercê de sua vastíssima dimensão e da presença ali dos maiores contigentes populacionais indígenas do País têm sido motivo de pesados investimentos públicos no tocante à infra-estrutura necessária ao dimensionamento de seus potenciais e à mobilização produtiva, com os custos adicionais do resguardo do equilíbrio ambiental.

Vale aqui fazer uma consideração importante. Os erros que foram cometidos nos processos utilizados na ocupação da Amazônia no início da década de 70 estão servindo de subsídios preciosos para evitá-los na ocupação da nova fronteira agrícola do País, constituída pelos cerrados do Centro-Oeste. Acrescente-se que, sobretudo a partir do Governo Sarney, os grandes contigentes migratórios estão se direcionando majoritariamente para essa região, cujo solo é extremanente dadivoso, se transformando no epicentro principal do grande "boom" experimentado pela agricultura brasileira nos últimos anos.

A Amazônia, cujo processo de ocupação foi reforçado na década de 70, com a construção dos grandes eixos rodoviários de penetração e a implantação de projetos oficiais e privados de colonização, é motivo das maiores preocupações no que tange à preservação ambiental.

III - A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO COM PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A retrospectiva do processo histórico de ocupação e crescimento econômico do Brasil evidencia que os ciclos econômicos alternativos da

Acervo ISA

economia brasileira, desde o início da colonização portuguesa, provocaram danos aos recursos naturais e ao meio ambiente, seguindo, aliás, processo semelhante ao ocorrido nos países desenvolvidos e que, por sua vez, cuidam também de reverter essa situação.

O primeiro exemplo da atividade predatória em nosso País foi a devastação da Mata Atlântica, da qual restam apenas os preciosos remanescentes contínuos preservados nos Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

A integração da Fronteira Oeste e da Franja Amazônica, expôs a cobertura vegetal de parte dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Pará, às transformações determinadas pela implantação e expansão da pecuária e da agricultura.

A garimpagem, na Amazônia, em alguns vales, tem representado outro fator de preocupação pelos derrames marcuriais.

Cabe aqui esclarecer que a Amazônia nos seus 5,0 milhões de km² não é evidentemente homogênea em todos os seus espaços. Diz-se mesmo que existem várias Amazônias, desde aquela com a maior floresta tropical do mundo, como a que tem características dos cerrados, das várzeas, etc.

Assim, embora estejamos conscientes dos erros cometidos, decorrentes em parte de sua ocupação, cabe enfatizar que, em sua esmagadora superfície, a mesma está preservada, observando-se como exemplo o que ocorre em toda a margem esquerda do rio Amazonas, com mais de 1,2 milhão de km², onde a densidade habitantes/km² é de apenas 0,4.

Entretanto, à luz da experiência acumulada, estamos empenhados na correção futura do processo de sua ocupação, procurando sempre conciliar o imprescindível desenvolvimento econômico com a necessária preservação ecológica.

A infra-estrutura física e a estrutura legal para suporte de tal consciência colocam-se, no meu entendimento, entre os mais adequados em todo o mundo, inclusive ao nível das normas contidas na Constituição de 1988, considerada pela Organização das Nações Unidas como a que dá maior espaço ao meio ambiente.

Quais são, entretanto, os instrumentos básicos de que dispõe a política nacional do meio ambiente?

Em primeiro lugar, a existência de um Sistema Nacional envolvendo, no trato da questão ambiental, o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais e a sociedade civil, o que assegura a coerência da política nacional em todos os seus níveis de abrangência.

Esse sistema tem, em seu nível mais alto, a formulação das normas de política do meio ambiente, a cargo do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, criado em 1981, cujo suporte executivo é dado pela SEMA e pelos órgãos regionais correspondentes.

O CONAMA, presidido pelo Ministro de Estado do Interior, é composto de 72 membros sendo estes representantes originários dos diversos órgãos envolvidos na questão ambiental no âmbito federal e estadual, além de várias entidades civis preservacionistas. O CONAMA não encontra similar no mundo na sua abrangência democrática e de valorização do meio ambiente.

Outro instrumento fundamental de ação é o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, implementado a partir de 1986, exigido em qualquer obra ou projeto a ser implantado e que implique em riscos para o ecossistema circundante. Assim, obras como rodovias, hidrelétricas, projetos industriais em geral, ferrovias, aeroportos, etc., são obrigatoriamente objeto de estudos especiais incluindo até mesmo a comunidade abrangida.

Assim o RIMA é pré-requisito essencial ao licenciamento para instalação e operação de quaisquer dos mencionados empreendimentos.

Certamente a sua obrigatoriedade em todo território nacional é fator impeditivo de agressões ecológicas por empreendimentos privados ou públicos, seja na área urbana, rural ou de exploração mineral. Caso já existisse há mais tempo, com certeza, eventuais erros do passado teriam sido evitados.

A nível interno, a SEMA tem buscado não só o fortalecimento técnico das agências regionais como o estabelecimento de programas voltados para o controle, preservação e recuperação da qualidade do ar no país, tendo dado um passo decisivo, neste sentido, com a aprovação pelo CONAMA do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE.

Além do PROCONVE, o Governo do Presidente Sarney tem dado destaque à efetiva implantação dos programas destinados à Proteção de Mananciais de Abastecimento Público de Água, ao Controle da Poluição Industrial, à Proteção de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, à Implantação do Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente e à Capacitação de Recursos Humanos dos Órgãos do Meio Ambiente.

Acervo ISA

Em vias de aprovação temos o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR, como instrumento básico da gestão ambiental brasileira para a proteção da saúde e bem estar da população e melhoria da qualidade do ar.

Componente importante da política de meio ambiente são as redes de Estações Ecológicas e de Áreas de Proteção Ambiental destinadas à preservação do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

Convém ressaltar que até o presente foram criadas 42 (quarenta e duas) Estações Ecológicas, das quais 19 (dezenove) na Amazônia, envolvendo aproximadamente um total de 3,4 milhões de hectares, além de 10 (dez) Áreas de Proteção Ambiental, totalizando aproximadamente 1,3 milhão de hectares.

Dispõe ainda o Brasil de 29 (vinte e nove) Parques Nacionais e 15 (quinze) Reservas Biológicas, totalizando 11,5 milhões de hectares.

Adicionalmente, cabe mencionar, o Código Florestal, a Lei de Proteção à Fauna, o Código de Pesca, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e uma série de decretos, portarias e instruções normativas, constituindo valiosa instrumentação legislativa de proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentado das diferentes regiões do País, sem contar o "PROGRAMA NOSSA NATUREZA", recentemente lançado pelo Presidente Sarney, com o objetivo de preservar a Amazônia Legal.

IV. PROJETOS DE ZONEAMENTO AGRO-ECOLÓGICO E OUTRAS INICIATIVAS

Particularmente, com relação à AMAZÔNIA, é imperioso enfatizar a realização do Projeto de Zoneamento Agro-Ecológico da Amazônia, em fase inicial de implementação, a ser executado pelo Ministério do Interior, (através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM), com o apoio da FAO. Visa o Projeto estabelecer critérios para uma política de utilização de recursos naturais da região, combinando o desenvolvimento econômico com o uso da natureza, com utilização de sensoreamento remoto e envolvendo estudos especiais nas áreas de cobertura florestal, climatologia, recursos hídricos, aptidão de solos e agricultura tropical, com a participação de todos os órgãos federais, estaduais e universidades envolvidas com o assunto.

SF 37 - Acervo ISA

Destarte, o Projeto de Zoneamento Agro-Ecológico na Região Centro-Oeste, realizado através da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO, já foi concluído no Estado de Rondônia e encontra-se em vias de conclusão no Estado de Mato Grosso, com o apoio do Banco Mundial e da FAO.

Entendo que o Zoneamento Agro-Ecológico definitivamente concluído se constituirá no instrumento mais valioso como balizador ideal para ocupação lógica da Amazônia Legal, sem implicar em quaisquer danos ecológicos.

De outro lado, o Estudo dos Vales Amazônicos, em execução pela SUDAM e com o apoio da OEA, pauta-se no fato de que, na Amazônia, o rio determina o espaço econômico, as vias de comércio e de comunicação e os critérios de localização das populações e de estabelecimentos das cidades. O Programa de estudos envolve seis vales amazônicos (Acará-Moju, Araguari, Trombetas, Branco, Madeira e Baixo Tocantins), visando equacionar, com os cuidados necessários, à proteção ambiental e o desenvolvimento da região nos próximos anos.

O Ministério do Interior, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, Ministérios Setoriais e Governos dos Estados e com apoio da Organização dos Estados Americanos - OEA, vem desenvolvendo ações com os países vizinhos da região - inclusive como forma de dar conseqüência prática ao Tratado da Cooperação Amazônica - Pacto Amazônico, através de programas bilaterais de recuperação e desenvolvimento de áreas marginalizadas de fronteiras.

Considero, ainda, no que respeita ao desenvolvimento da Amazônia, o Projeto da Zona Franca de Manaus como o de maior sucesso na região. A Zona Franca resgatou a cidade de Manaus da depressão que instalara alí desde o declínio do ciclo da borracha, no começo dos anos 20. A Zona Franca, como pólo de comércio e indústria, representa hoje 3/4 da economia do Amazonas. Gerou cerca de 100 mil empregos em 21 anos e abriga empresas cujo faturamente bruto anual está hoje na casa dos US$ 5,5 bilhões. E o que é importante salientar: sem qualquer dano ecológico.

Finalmente, um dos melhores exemplos de que a preocupação com o meio ambiente no Governo Brasileiro extrapola o setor específico para uma ação abrangente, é a postura assumida pelo Ministério das Minas e Energia no tratamento da questão energética, através das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS.

A Eletrobrás já tem concluído um "plano diretor de ações ambientais no setor energético", pioneiro no gênero, em todo mundo. Hoje esse plano já passa por novas revisões e aperfeiçoamentos, se constituindo num perfeito "guideline" a estabelecer as premissas básicas para todos os projetos na área de produção de energia no Brasil, no que se refere a todas questões ambientais. Registre-se, ademais, a criação de um comitê consultivo permanente, atuando junto à Diretoria da empresa, composta de personalidades de notório saber, em áreas ambientalistas, indigenistas, antropólogos, etc.

Todo esse cuidado, assumido por uma área fundamental para o nosso desenvolvimento, tem resultado em planejamento rigoroso especialmente voltado para as obras programadas da Amazônia, onde se situam 2/3 das nossas reservas hidroelétricas. Nesse contexto é significativo que todo o plano energético para a região até o ano 2010 implicará na inundação de uma área inferior a 0,2% da região amazônica brasileira, envolvendo a relocação de uma população abaixo de 350 pessoas. Ou seja, praticamente sem reflexos sócio-ambientais. É sintomático lembrar, a propósito, que o plano proposto na década de 70 ao Brasil e que contava com boa receptividade internacional pelo "Instituto Hudson", entidade consultora do Governo Americano, implicava na construção de um lago amazônico que inundaria uma área pelo menos 6 (seis) vezes maior.

Assim, programas, projetos e iniciativas acima descritos revelam, com sua preocupação manifesta de preservação dos ecossistemas amazônicos, maturidade e seriedade nas ações de governo, além de representarem excepcional legado às gerações futuras.

V. POLÍTICA INDIGENISTA

Ao Ministério do Interior cabe, também, a responsabilidade da assistência à população indígena, que alcança cerca de 220 mil pessoas, distribuídas em 200 grupos étnicos diferentes e que falam 170 línguas ou dialetos.

É importante ressaltar que, apesar das enormes dificuldades de ordem técnica e administrativa, resultantes da dispersão dos grupos indígenas e das enormes distâncias do território nacional - sobretudo na Amazônia, o Brasil possui uma efetiva política de ação no setor indígena.

Acervo ISA

O objetivo dessa política está orientado para a preservação e melhoria das condições de vida e valorização da cultura das sociedades indígenas, impedindo a desarticulação de suas economias e autonomias tribais, assegurando-se os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de terras.

Até o começo da República os assuntos indígenas eram conduzidos por instituições religiosas; aliás, a Constituição Republicana de 1891 não deu tratamento a essa questão.

Já em 1910 era criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, cujas diretrizes, entre outras, indicavam o seguinte: "Respeitar e fazer respeitar as comunidades indígenas assim como seus usos e costumes; proteger os índios dentro de seu próprio território; impedir a dispersão da família indígena em nome da catequese e da educação; garantir a posse da terra indígena em caráter coletivo e inalienável".

Em face da expansão da fronteira econômica, iniciada nos anos sessenta em direção à Amazônia e ao Centro-Oeste, em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. Em 1973 foi sancionado o Estatuto do Índio, legislação que é um marco histórico na defesa dos interesses, da cultura e do patrimônio dos indígenas brasileiros.

Tal diretriz representa, de forma mais avançada, o atendimento às necessidades contemporâneas, através da nova Constituição Brasileira que, no seu artigo 231, capítulo específico dedicado aos índios, reza: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

A orientação e as ações da FUNAI são direcionadas ao cumprimento daquelas diretrizes, sob três linhas de atuação: no campo fundiário, a demarcação das terras indígenas; no campo social, o apoio e assistência integral ao índio; e no campo cultural, o resgate e a promoção da cultura indígena.

Para colocar em prática esse trabalho, a FUNAI conta hoje com 350 postos avançados para atendimento ao índio, subordinados a seis superintendências regionais, atendendo às necessidades de descentralização do órgão.

No elenco das ações básicas, a demarcação de terras indígenas apresenta resultados significativos: os 220 mil índios existentes no País ocupam, com suas 467 reservas, cerca de 82 milhões de hectares, o equivalente a quase 10% (dez) por cento do território nacional; algo como a superfície de 13 países somados: Albânia, Áustria, Bulgária, Cuba, Holanda, Israel, Líbano, Nicarágua, Bélgica, Dinamarca, Hungria, Portugal e Suiça, onde habitam 86 milhões de pessoas. A nível do Brasil equivale aproximadamente a uma vez e meia as áreas dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina onde habitam mais de 40 milhões de brasileiros. Isso significa que cada índio brasileiro - incluída aí a população infantil - tem o direito de uso de uma área de 400 hectares, enquanto que em países desenvolvidos e com destacada preocupação na preservação das comunidades indígenas - como por exemplo os Estados Unidos - esta relação se limita a 20 hectares.

Na defesa dos interesses dos indígenas, da sua preservação e do seu meio ambiente contra todo o tipo de agressão, o governo brasileiro acelerou o trabalho de demarcação de terras, nos últimos três anos.

Para se ter uma idéia dos resultados, basta ver que desde 1985, quando do início do governo JOSÉ SARNEY, já foram demarcados mais de 31 milhões de hectares, enquanto que de 1910 a 1985 - foram demarcados 12 milhões de hectares, sendo determinação Constitucional termos, até 1993, todas as terras indígenas demarcadas.

No campo social as atividades da FUNAI envolvem o atendimento nas áreas de saúde, educação e produção estando mobilizados em todo o País cerca de 800 servidores da área médica e paramédica, vinculados ao atendimento de saúde.

Na área de educação, há respeito integral à cultura indígena. A alfabetização processa-se, preferencialmente, na língua materna. A FUNAI dá prioridade ao ensino bilíngue e à educação bi-cultural, nas suas quase 700 escolas, onde atuam, desde monitores bilíngues a auxiliares de ensino, atendendo a um contingente de mais de 45 mil alunos.

Ainda no campo de apoio e assistência ao índio, a FUNAI vem ampliando o apoio na implantação da infra-estrutura de produção - com prioridade à produção de alimentos e bens, não apenas para a própria subsistência, mas, também, visando excedentes para comercialização. Essa atividade vai desde a compra de sementes, equipamentos e insumos, até a facilitação de meios de transporte para escoamento e comercialização da produção.

Acervo ISA

Da mesma forma, executa a política de resgate, promoção e divulgação da cultura indígena, através do Programa de Artesanato Indígena - ARTINDIA, incentivando a atividade artesanal e proporcionando meios para que o artesanato constitua fator de promoção social, cultural e econômico dos grupos indígenas, despertando também o interesse nacional e internacional pela causa indígena.

Outro aspecto fundamental é que a assistência ao índio através da FUNAI, por determinação presidencial, foi integrada recentemente à atuação dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Agricultura e da Previdência e Assistência Social. Essa medida propiciará uma ação bem mais efetiva àqueles segmentos.

Diante do quadro apresentado, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que é o Brasil a Nação que mais investe na valorização e preservação do índio, no Hemisfério Sul. É um País que tem uma política, não apenas bem protegida em termos de arcabouço legal, mas em medidas pragmáticas e definitivas. Somos portanto uma Nação com uma política séria, responsável e amadurecida na questão indigenista.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos o interesse internacional do 1º Mundo às questões ambientais e para preservação da Amazônia. Até porque foi amarga a lição que lhe ficou, levando-se em conta que, pelo imperativo do seu modelo histórico de crescimento, reconhecidamente predator, teve que destruir toda as suas florestas naturais. A Europa praticamente há vários séculos já havia perdido suas florestas originais e nos Estados Unidos restam muito poucas, sem falar nos NIC do Sudeste Asiático, na China e na India, onde a devastação atingiu índices alarmantes.

É justo reconhecer o esforço que fizeram tanto os EUA como a Europa, especialmente após a fase da sua industrialização intensiva, para recomporem parte das suas florestas destruídas à época da expansão da sua fronteira agrícola. Por igual, na recuperação dos seus rios, como o Tâmisa, que até 30 anos atrás era um verdadeiro esgoto a céu aberto promovido pelos detritos gerados pela sua Revolução Industrial.

Além disso é compreensível sua consciência ecológica, quando se tem o conhecimento de que as grandes agressões à natureza são hoje provocadas pelo 1º Mundo tais como o efeito-estufa e a ruptura da camada de ozônio. Tanto que o principal agente causador do efeito-estufa são os gases (CO_2) emanados pelos automóveis e indústrias concentradas maciçamente nos países desenvolvidos. Segundo estimativas de respeitáveis entidades preservacionistas internacionais sabe-se que 75% dessas emanações provêm dos países industrializados.

Acervo ISA

Quanto a ruptura da camada de ozônio, sabe-se que ela decorre dos CFC - Clorosfluor Carbonos, necessários basicamente aos aparelhos de ar condicionado, equipamentos de refrigeração e "sprays" em geral, concentrados majoritariamente nos países industrializados. Apenas para estabelecer um referencial, a produção brasileira de CFC não passa de 1% da produção mundial.

Sabe-se que é difícil, quando um povo atinge um elevado nível de vida e a satisfação de todas as necessidades básicas, abrir mão de privilégios de consumo de bens suntuários.

Consideramos portanto natural e aceitamos de bom grado essa solidariedade para com a preservação da selva amazônica, patrimônio dos nossos antepassados que soubemos preservar. Lamentavelmente, o máximo que nos tem sido oferecido pelo elevadíssimo custo de preservá-lo é a oferta de créditos a juros de mercado, com elevada obrigatoriedade ainda da contrapartida de recursos nacionais, em detrimento de outras prioridades essenciais para a sobrevivência de nosso povo.

Vale ressaltar por fim sobre a questão indigenista que um traço que tem caracterizado a sociedade brasileira é a sua democracia racial, traduzida nos níveis elevados de miscigenação entre as diversas raças.

Aqui o índio nunca foi considerado um pária. A exemplo, no meu caso pessoal, hoje Ministro, sou bisneto de índio. O atual Governador do Estado do Amazonas, Dr. Amazonino Mendes é, igualmente neto de índio e, o ex-Governador daquele Estado, Dr. Gilberto Mestrinho, é filho de índio. A bem da verdade, a população indígena, considerada aquela sob proteção da FUNAI alcança 220 mil pessoas, porém estima-se que mais de 50% da população amazônica tem ascendência direta indígena, fenômeno claramente observável nos seus habitantes e que os Senhores terão oportunidade de comprovar quando de visita à Região.

Senhores

O Brasil, como já afirmei, tem consciência de suas responsabilidades perante o mundo no que tange à questão ambiental e a respeito das comunidades indígenas.

Temos certeza de que o Brasil, com todas as dificuldades por que tem passado, é, no Hemisfério Sul, o País que maiores esforços tem desenvolvido no sentido de proteger as comunidades indígenas e as estruturas florestais, a partir de políticas sérias e responsáveis sob qualquer ângulo de análise desapaixonada.

Sabemos que temos ainda problemas graves a enfrentar na área da preservação ecológica. Um deles é a contenção mais drástica das queimadas na Amazônia, as quais embora não atingindo as dimensões exageradas com que foram divulgadas no mundo, conforme dados contestados inclusive pelo respeitado especialista americano Philip Fearnside, ainda assim merecem todo nosso empenho em contê-las. Tanto sabemos que estamos longe da perfeição, que procuramos nos aprimorar cada vez mais. O próprio lançamento do ambicioso e abrangente programa "Nossa Natureza" pelo Presidente Sarney é um exemplo marcante do que afirmamos. Sobre o importante programa falará a seguir o eminente Secretário da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional - SADEM, órgão de assessoria do Presidente, Ministro Bayma Denys.

Temos o compromisso de fixar o homem à terra e dar-lhe os meios de sobrevivência. Temos ainda uma infinita região para ocupar. Temos terras agricultáveis que precisam ser trabalhadas. É dever legítimo e direito indiscutível dos brasileiros de ocuparem a Amazônia de forma programada e lógica, unindo o binômio economia/ecologia. Somos um povo soberano e cabe-nos traçar nossa estratégia de desenvolvimento, concebida em termos racionais e não predatórios, para essa região. É exatamente isso o que temos procurado fazer de forma responsável e conseqüente.

O Presidente Sarney aliás o 1º amazônida a se tornar mandatário da República afirmou recentemente, com muita propriedade, que "um povo que tem a Amazônia não pode temer pelo seu futuro".

Temos pois uma portentosa tarefa a realizar.

E nesse sentido a colaboração internacional será sempre bem vinda. Em termos de assistência técnica, de formação de recursos humanos e até do necessário apoio financeiro, de modo a que essa sobrecarga de atribuições relacionada à preservação adequada do meio ambiente não recaia só sobre o País.

É hora, pois, de conjugar esforços. É a importante missão que os senhores Congressistas ora realizam, conhecendo de perto à dimensão dos nossos desafios e a franca disposição de nosso País em enfrentá-los, representarão, certamente, o começo de um novo entendimento e compreensão das comunidades norte-americana e internacional sobre as questões do trato do meio ambiente e da condução dos assuntos indígenas no Brasil.

É o que todos esperamos.

Muito Obrigado.

DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) e às COMUNIDADES INDÍGENAS.

SL 37 - Acervo ISA

BRASIL - POPULAÇÃO E ÁREAS INDÍGENAS

	TOTAIS	S P I * (Até 1968)	1968 / 1984	1985 / 1988
Número de Áreas Demarcadas	234	94	93	87
Superfície demarcada (Em hectares)	31.059.066	238.480	16.696.699	14.123.887
População abrangida	137.081	46.497	54.973	35.611
Média da superfície das áreas (hectares)	132.731	4.360	179.534	162.343
Relação Hectare/Índio	226	5	303	396
Relação Índio/km²	0,44	19	0,32	0,25

* - Serviço de Proteção ao Índio.

Fonte : FUNAI/88

Acervo ISA

RELAÇÃO POPULAÇÃO e ÁREAS INDÍGENAS

BRASIL	Média Nacional (Relação população indígena total e áreas demarcadas).	225 ha/índio *
	Média Nacional Prevista (Relação população indígena total e áreas identificadas).	400 ha/índio *
	Média na Amazônia (Relação população indígena amazônica e áreas identificadas).	1.000 ha/índio *
	Média nos Estados Unidos da América (Relação população indígena e área das Reservas).	20 ha/índio *

* ha = hectare (s)

Fonte: FUNAI/88

3. REALIZAÇÕES

3.1 - AÇÃO FUNDIÁRIA

A FUNAI desenvolveu, no ano de 1987, uma gama de tarefas relacionadas à situação fundiária das áreas indígenas de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Governo Federal.

Dando cumprimento a sua missão de assegurar aos índios a posse da terra, a FUNAI vem se esforçando para identificar, interditar, demarcar e registrar o maior número possível de áreas indígenas, obtendo a sua regularização fundiária.

Ressalte-se que, para os povos indígenas, terra significa vida, dela brota e cresce sua cultura. O índio vive em estreita comunhão com o meio ambiente. Nela se encontram sua fonte de subsistência - caça, pesca, coleta, agricultura - seus sítios sagrados e míticos, a matéria-prima da qual será forjado o artefato, o instrumental artístico e ritual, a arte e, afinal, a vida.

Sabe-se da existência de 467 áreas habitadas por grupos indígenas, com uma superfície pretendida de 82.544.163 ha, ou seja, 9,7% do território brasileiro. São esses índios, diferenciados lingüística e culturalmente, apresentando diversos graus de contato e de pendência com a sociedade envolvente.

A FUNAI, dentro de suas atribuições tem na IDENTIFICAÇÃO, DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA seus propósitos fundamentais. Assim, a instituição manteve, em 1987, a ênfase no trabalho de legitimação da posse das terras indígenas, o que respalda a proteção, integridade e segurança de suas populações, além de contribuir para o equilíbrio ecológico daquelas reservas naturais. Nesse sentido, foram identificadas e delimitadas 18 áreas, além de interditadas 36 outras.

Foram demarcadas 17 áreas indígenas e regularizadas, mediante registros em Cartórios de Registro de Imóveis, 37 áreas e, no Serviço do Patrimônio da União, 49 áreas indígenas.

Deste modo, no ano em tela, a atual administração prosseguiu no intento de consolidar a política de legalização fundiária de terras indígenas.

Com efeito, de 1910 a 1985 foram demarcados, no país, pouco mais de 12 milhões de hectares, enquanto de 1985 até o final de 1987, demarcaram-se 18,7 milhões de hectares.

A seguir, são apresentados alguns quadros e gráficos elucidativos da ação da FUNAI, na questão fundiária, no último ano.

ÁREAS INDÍGENAS IDENTIFICADAS/DELIMITADAS – 1987

TERRA INDÍGENA	UF	PORTARIA Nº/DATA
1. Guajahá	AM	0237 – 13.02.87
2. Guasuti	MS	1245 – 29.05.87
3. Igarapé Boá-Boá	AM	0831 – 06.05.87
4. Igarapé Patauá	AM	0831 – 06.05.87
5. Ilha do Camaleão	AM	1633 – 09.10.87
6. Jacareuba	AM	0272 – 18.02.87
7. Jaguari	MS	1245 – 29.05.87
8. Jamamadi Igarapé Cápana	AM	1349 – 05.09.87
9. Jamamadi/Kanamati	AM	1348 – 05.09.87
10. Juma	AM	0272 – 18.02.87
11. Kaxinawá do Rio Breu	AC	0218 – 10.02.87
12. Katawixi	AM	0272 – 18.02.87
13. Kirema	AM	1349 – 05.09.87
14. Lourdes	AM	1349 – 05.09.87
15. Marimã	AM	1348 – 05.09.87
16. Pequizal	MT	1939 – 13.07.87
17. Sete Cerros	MS	1245 – 29.05.87
18. Xinane	AC	0217 – 10.02.87

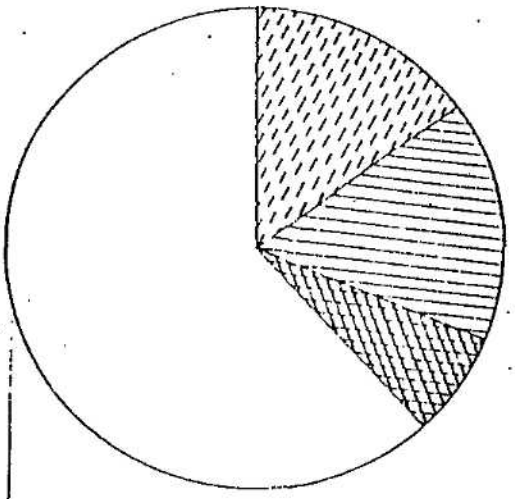
Acervo ISA

ÁREAS ÍNDIGENAS DEMARCADAS, EM PROCESSO DE DEMARCAÇÃO E/OU AVIVENTAÇÃO EM 1987

ÁREA ÍNDIGENA	UF/UA	SUPERFÍCIE	PERÍMETRO	POPULAÇÃO ÍNDIGENA	BASE LEGAL
01. Apucarana	PR/1[1]	6.146	68	441	SPI
02. Boa Vista do S. do Promirim	SP/1[1]	601	13	46	Dec. 94.220-14.04.87
03. Carretero	RS/1[1]	601	11	170	SPI
04. Figuro	RS/1[1]	4.920	40	910	SPI
05. Peruíbe	SP/1[1]	485	09	76	SPI
06. Rio Branco	SP/1[1]	2.856	36	40	Dec. 94.221-14.04.87
07. Apiaká&Kaiabi	MT/2[1]	111.410	150	174	Dec. 94.602-14.07.87
08. Sangradouro/Volta Grande	MT/2[1]	11.660	70	–	Dec. 94.605-14.07.87
09. Massacará	BA/3[1]	5.400	30	1.437	Dec. 94.607-14.07.87
10. Arara (Urukagmã)	PA/4[1]	235.600	263	80	Port. 528 - 30.10.78
11. Kararaô	PA/4[1]	221.000	252	38	Dec. 68.914-13.07.71
12. Sai Cinza	PA/4[1]	126.000	240	285	Dec. 94.604-14.07.87
13. Uaiamundá/Mapuera	AM-PA/5[1]	1.022.400	455	1.116	Port. 1465/E-25.12.82
14. Pau-Cachoeira	AM/5[1]	1.152.000	620	3.800	Port. 546/N-29.01.79
15. Waimiri-Atroari	AM-RR/5[1]	2.140.000	975	375	Dec. 94.606-14.07.87
16. Zuruahã	AM/5[1]	233.600	500	130	Dec. 94.015-11.02.87
17. São Domingos	MT/6[1]	5.474	35	83	Port. 1464'E-25.11.82
TOTAL	–	5.583.653	3.767	9 203	

GRÁFICOS ESTATÍSTICOS DAS TERRAS INDÍGENAS

EVOLUÇÃO DAS DEMARCAÇÕES/AVIVENTAÇÕES (ha)



Período de 1910 a 1984	91 áreas =	12.118.840 ha	14,68%
Período de 1985 a 1986	83 áreas =	13.153.772 ha	15,93%
Período de 1987	17 áreas =	5.583.653 ha	6,77%
Áreas a demarcar/aviventar	276 áreas =	51.687.898 ha	62,62%
Total das A.I. Conhecidas	467 áreas =	82.544.163 ha	100%

Acervo ISA

EVOLUÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS DEMARCADAS

PERÍODO	ÁREA INDÍGENA	HECTARES	%
1910 – 1984	91	12.118.840	15
1985 – 1987(1)	100	18.737.425	22
1988 em diante (área pretendida)	276	51.687.898	63
TOTAL	467	82.544.163	100

1 – Período das Administrações do Governo Sarney, incluindo o ano base do presente relatório: 1987.

A FUNAI não tem medido esforços para identificar, interditar, demarcar e registrar o maior número possível de terras indígenas.

Acervo ISA

3.5 – PROJETOS ESPECIAIS

Dentro da execução programática da FUNAI destaca-se a relativa aos projetos especiais.

Para efeito de sua execução, o projeto especial é entendido como aquele conjunto de ações com objetivos temporais bem definidos, que demandam recursos complementares de fontes federais extra orçamentárias, com rubricas próprias e que fogem à programação física e financeira regular do orçamento-programa da União.

A origem de sua elaboração tanto pode ser das unidades administrativas da Fundação, como a inclusão de qualquer atividade típica da FUNAI na categoria de componente de um projeto/programa gerenciado por outro órgão.

Os Projetos Especiais representam, para a FUNAI, recursos institucionais de reforço ao trabalho em algumas áreas que estejam requerendo ação específica e delimitada, em benefício da população indígena, localizada na área em questão.

No ano de 1987, a FUNAI executou ações relativas aos Projetos Especiais: **PMACI** – Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas; **POLONOROESTE** – Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas da Área de Influência da BR 364, trecho Cuiabá/Porto Velho, **CALHA NORTE** e **FERRO CARAJÁS**.

A seguir, será apresentada uma síntese das principais realizações de cada um de tais Projetos.

1º) – PMACI

O PMACI teve como objetivo prevenir e minimizar o impacto decorrente da pavimentação da Rodovia BR 364, no trecho Porto Velho/Rio Branco, buscando a melhoria das condições de vida do Índio e a preservação do ecossistema das áreas abrangidas.

O projeto atendeu a uma população com 5.900 índios de vários grupos, das áreas: Cabeceira do Acre, Alto Purus, Mamoadate, Igarapé Capana, Camicuã, Inauini, Teuni, Boca do Acre, Kirema, Apurina do 124, Lourdes, Água Preta, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê, Penori/Tacaquiri, Guajaba, Camadeni, Alto Sepatini, Tumia, Mamoriazinho, São Pedro Sepatini, Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi, Acimã, Kaxarari, Caititu, Marimã, Paumari do Lago Mamissuã, Lago do Paricá e Paumari do Cunemá.

No período considerado, foram demarcadas 07 áreas indígenas, identificada 1 e outras

03 foram registradas em Cartórios de Registro de Imóveis e Serviço de Patrimônio da União, em continuidade ao trabalho que vem de anos anteriores, totalizando desde o início do Projeto, em 1985, até 1987, 13 áreas demarcadas, com 1.096.202 ha.

Na execução das ações, sob a coordenação da 5ª Superintendência Executiva Regional, com sede em Manaus, foram aplicados recursos na ordem de Cz$ 6.552.107,00.

2º) – POLONOROESTE

O POLONOROESTE, administrado na FUNAI pela 2ª Superintendência Executiva Regional – Cuiabá, teve como objetivo melhorar o bem estar de 10.000 índios, através da assistência médico-sanitária, educação, melhoria da infra-estrutura de saúde, treinamento de pessoal, identificação, demarcação e regularização fundiária de áreas indígenas, com a finalidade de atenuar possíveis efeitos adversos da rodovia BR 364, no seu trecho Cuiabá/Porto Velho.

Sua área de influência abrange parte do Oeste e Noroeste do estado do Mato Grosso e todo o estado de Rondônia, onde se localizam, entre outros, os grupos indígenas: Suruí, Cinta Larga, Bororo, Nambikwara, Pareci, Pacaas Novos, Eru-Eu-Wau-Wau, Tenharim, Gavião, Zoró e Parintintin.

Do ponto de vista fundiário, a FUNAI realizou, através do POLONOROESTE, as seguintes ações:

ATIVIDADES	ÁREA
– Levantamento Fundiário: . concluídos os levantamentos fundiários, com os pormenores respectivos.	– ESTIVADINHO – FIGUEIRAS
– Identificação: . concluídos os trabalhos relativos à identificação das áreas	– JUININHA – URAPURU – ESTAÇÃO RONDON
– Demarcação: . concluídos os trabalhos e demarcada a área, no total de 127.540 ha.	– KAXARARI

O Projeto Especial passou por avaliação, no período em tela, havendo algumas alterações gerenciais por parte da FUNAI, a fim de melhorar a eficácia e a eficiência das ações.

Os recursos efetivamente aplicados, no exercício, somam Cz$ 46.500.000,00.

Como efeito dos trabalhos executados em 1987, apresenta-se da seguinte maneira a situação fundiária na Área-Programa: de 76 áreas indígenas existentes, 34 foram demarcadas até esse ano considerado, equivalendo a 9.553.335 ha e restando 20 outras com 2.805.589 ha.

3º) – CALHA NORTE

O objetivo fundamental do Projeto Calha Norte é a promoção da ocupação racional e o desenvolvimento controlado da região situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. A FUNAI, através de engajamento das 4ª e 5ª Superintendências Executivas Regionais, em 1987, atendeu à população indígena daquelas regiões, sob os aspectos de infra-estrutura fundiária, assistência nos campos de saúde e educação, proteção aos índios isolados, apoio às atividades produtivas, monitoramento ambiental e instalação ou melhoria de infra-estrutura.

A população beneficiada chega à casa dos 60.000 índios, em diferentes graus de contato com a sociedade envolvente, incluindo grupos de índios isolados.

Pode-se afirmar que os trabalhos tiveram seu início no ano de 1987, em termos de implementação da infra-estrutura de funcionamento institucional da FUNAI, em estreita articulação com os demais órgãos que atuam no projeto. Outra prioridade considerada para a área foi a elaboração de diagnósticos específicos, elaborados pela FUNAI, com destaque à área de saúde, integrada às demais áreas cobertas por outras entidades.

Foi implantada a Colônia Indígena de Pari Cachoeira, com resultado positivos no encaminhamento das comunidades consideradas, à auto-suficiência econômica.

Foram aplicados recursos da ordem de Cz$ 54.852.000,00, principalmente na consolidação de infra-estrutura de trabalho, com a aquisição de equipamentos e material permanente.

4º) – FERRO CARAJÁS

O objetivo desse Projeto Especial é beneficiar as comunidades indígenas localizadas na

área de influência do Projeto Ferro Carajás, promovido pela Companhia Vale do Rio Doce, destinado à exploração, beneficiamento e exportação do minério existente na Serra dos Carajás.

São abrangidas 24 áreas indígenas, totalizando 13.000 índios, aproximadamente, das quais foram demarcados 21, com 539.548 ha, restando 03 com 584.300 ha.

Dentre as atividades desenvolvidas, releva-se a demarcação de uma área e interdição de outra.

Foram desenvolvidas roças de subsistências no Maranhão e adquiridas cabeças de gado para ampliação de rebanho bovino, para um grupo Kanela, também no Maranhão.

Também foram construídos sistemas simplificados de abastecimento de água (04), enfermarias foram reformadas (04), construídos açudes (03) e poços manuais (19), reformadas escolas (03), construídas e reformadas casas de farinha (03) e um ambulatório (01), além de construída uma casa para sede do Posto Indígena.

Vários veículos foram comprados (02) e recuperados (09). Também foram adquiridos 03 barcos e 02 recuperados.

Aplicaram-se US$ 2.018.145,00 de recursos financeiros.

Abaixo, demonstrativo das principais ações executadas através dos Projetos Especiais.

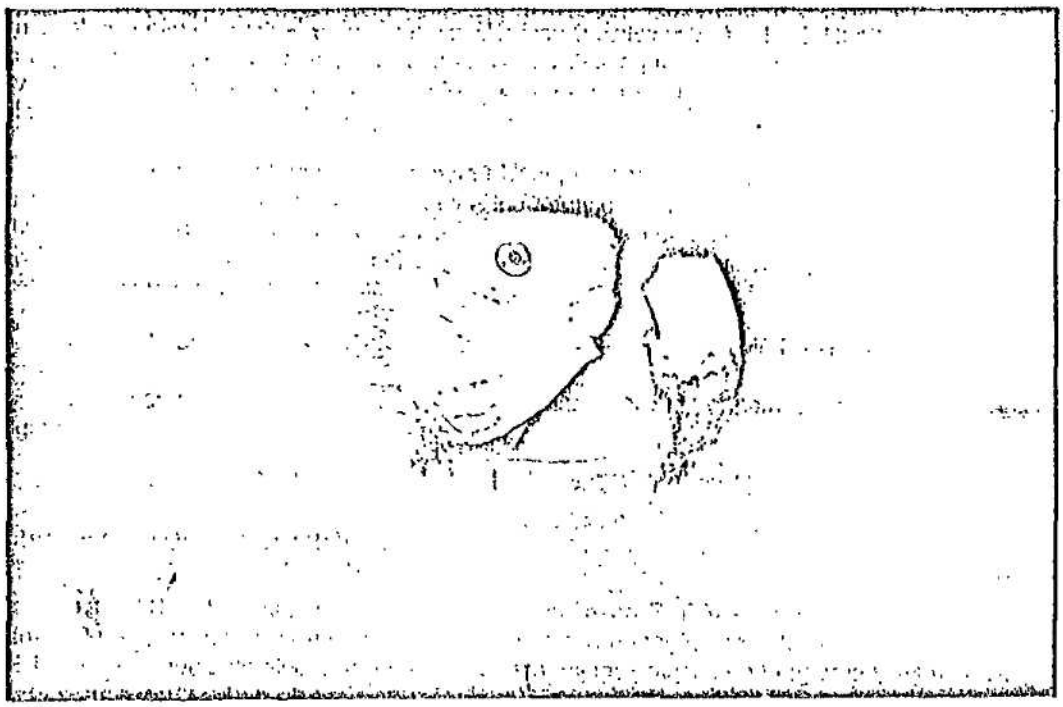
PROJETO ESPECIAL	POP. INDÍGENA BENEFICIADA (ÍNDIOS)	PRINCIPAIS AÇÕES EXECUTADAS
PMACI	5.900	- Demarcadas 07 Áreas, Identificada 01, registradas 03.
POLONOROESTE	10.000	- Interditadas e demarcadas áreas indígenas. - Treinados contínuos com a rede oficial de saúde dos Estados de Mato Grosso e Rondônia para atendimento da população indígena atendimento diretamente nas aldeias e internamento dos casos indicados.
CALHA NORTE	60.000	- Aquisição de material permanente e equipamento, com vistas a estabelecer uma infra-estrutura para execução em exercícios posteriores. - Implantação da Colônia Indígena Pari-Cachoeira. - Elaboração do diagnóstico de saúde da região abrangida, com destaque à Pari-Cachoeira.
FERRO CARAJÁS	13.000	- Demarcada 1 área indígena e interditada área de perambulação de índios isolados. - Roças de subsistência no Maranhão (11 áreas) com plantio de arroz, milho, feijão, mandioca e fava. Adquiridas 43 cabeças de gado para uma comunidade indígenas daquele Estado. - Programa especial de atendimento aos índios isolados AWA, Estado de Goiás.

PROJETO ESPECIAL	POP. INDÍGENA BENEFICIADA (ÍNDIOS)	PRINCIPAIS AÇÕES EXECUTADAS
		– Consultas, exames laboratoriais, prevenção de doenças contagiosas (imunização), controle de malária, com a SUCAM. Pesquisa e combate à tuberculose. Atendimento odontológico. – Construção de 04 micro-sistema de abastecimento de água, reformadas 04 enfermarias, construídos 19 poços manuais, reformadas 03 escolas, construídas e reformadas 03 casas de farinha e construído 01 ambulatório, construída 01 casa para Sede de Posto Indígena. – Adquiridos 02 veículos e recuperados outros (09), sempre utilitários. – Adquiridos 03 barcos e recuperados outros 02.

DEMONSTRATIVO DAS REALIZAÇÕES NO SETOR FUNDIÁRIO COM RECURSOS DE PROJETOS ESPECIAIS

PROJETO ESPECIAL	ÁREAS INDÍGENAS EXISTENTES	ÁREAS DEMARCADAS	H A	ÁREAS A SEREM DEMARCADAS
PMACI	32	13(1)	1.096.202	28
POLONOROESTE	76	34	9.553.335	42(2)
FERRO-CARAJÁS	24	21	539.548	03
TOTAL	132	68	11.189.085	73

(1) – Das áreas demarcadas, 07 saíram da jurisdição do PMACI.
(2) – Das áreas a serem demarcadas, 20 já foram identificadas e estão em fase de início do processo demarcatório.



O colorido das penas dos pássaros fazem parte do dia a dia dos silvícolas e dos artesanatos em plumária, de beleza indiscutível.

3.7 – ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE

A Política de MEIO AMBIENTE definida e adotada pela FUNAI se materializa através de uma programação destinada à execução de ações preventivas, corretivas e disciplinares, visando a preservação, conservação e/ou recuperação dos ecossistemas e dos recursos naturais das terras indígenas.

Um dos instrumentos de execução desta política tem sido a avaliação de impactos ambientais, causados por projetos de desenvolvimento econômico sobre terras e povos indígenas, especialmente aqueles decorrentes dos empreendimentos do setor elétrico.

Neste processo de adoção de novas posturas com relação a questão ambiental de terras indígenas, foi realizado Convênio entre Ministério do Interior e Ministério das Minas e Energia

Acervo ISA

com a intervenção da FUNAI e da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS que, através de um trabalho cooperativo, visa definir orientações e procedimentos para a realização de serviços, obras e outras atividades do setor elétrico que incidam ou influenciem terras e povos indígenas.

Os principais resultados obtidos pela FUNAI, no ano de 1987, foram convênios celebrados com Concessionárias de energia elétrica, no sentido de minimizar impactos e indenizar as comunidades indígenas direta ou indiretamente afetadas por empreendimentos desse setor, através de programas de ação nos setores de saúde, educação, atividades produtivas, vigilância e fiscalização de limites, recuperação de memória e outros.

Mediante ato legal, foi ainda efetivada a atividade de MEIO AMBIENTE na Fundação.

Destacaram-se os seguintes convênios firmados em 1987, para beneficiar populações indígenas.

CONVÊNIO/TERMO DE COMPROMISSO

1. 001/87 – FUNAI/ELETRONORTE

OBJETO – Ressarcimento à comunidade indígena PARAKANÃ, pela perda de posse de suas terras e prejuízos de ordem cultural inerentes à remoção em virtude da construção da UHE TUCURUÍ, mediante alocação de recursos para implementação do Programa PARAKANÃ.

2. 002/87 – FUNAI/ELETRONORTE

OBJETO – Ressarcimento às comunidades indígenas Waimiri e Atroari, pela perda de posse de parte de suas terras e prejuízos de ordem cultural inerentes à remoção em virtude da construção de UHE BALBINA, mediante alocação de recursos para implementação do Programa WAIMIRI/ATROARI.

3. 003/87 – FUNAI/ELETRONORTE

OBJETO – Ressarcimento à comunidade Krikati, pela passagem do segundo Circuito da Linha de Transmissão Imperatriz/Presidente Dutra, mediante alocação de recursos para implementação do Programa.

4. 004/87 – FUNAI/ELETRONORTE

OBJETO – Ressarcimento à comunidade indígena Guajajara, pela passagem do segundo Circuito da Linha de Transmissão Imperatriz/Presidente Dutra, mediante alocação de recursos para implementação do Programa.

5. 005/87 – FUNAI/ELETRONORTE

OBJETO – Demarcação das Áreas Indígenas Waimiri/Atroari e Nhamundá-Mapuera, ambas sob a influência de empreendimentos dessa concessionária.

6. SEM NÚMERO/87 – FUNAI/CELG

OBJETO – Ressarcimento à Comunidade indígena Xerente, com a eletrificação da aldeia e construção de pista de pouso conforme solicitação de seus habitantes, além de recursos financeiros diretamente aplicados na subsistência do grupo, pela manutenção da Linha de Transmissão na Área Indígena FUNIL, município de Tocantina/GO.

7. SEM NÚMERO/87 – FUNAI/CHESF

OBJETO – Programa de reassentamento da comunidade indígena TUXÁ, que ocupava área inundada pelo reservatório da UHE ITAPARICA.

8. SEM NÚMERO/87 – FUNAI/ELETRONORTE

OBJETO – Ressarcimento à comunidade PARKATEGÊ/GAVIÃO, pela passagem do 2º Circuito da Linha de Transmissão Marabá/Imperatriz.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

- FUNAI -

- Principais PROGRAMAS e PROJETOS em execução em 1989 -

74

3.3 – PROJETOS

São os seguintes, os projetos de Educação:

3.3.1 – PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Compreende a realização de cursos de capacitação e de reciclagem para professores, auxiliares de ensino e monitores indígenas bilíngues, através de encontros, reuniões e seminários. Nestes cursos são promovidas atividades de capacitação, reciclagem e avaliação com vistas ao aperfeiçoamento da prática educativa.

3.3.2 – PROJETO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Com o projeto de Material Didático-Pedagógico instala-se o processo de produção e adoção do material de referência da ação educativa. A produção consiste em três fases: concepção e elaboração do material, seguidas da publicação. As duas primeiras fases ocorrem durante os encontros e/ou nas aulas, diretamente com os alunos quando surgem os subsídios necessários para a elaboração das cartilhas. Na fase seguinte procede-se à revisão e à publicação da cartilha para o uso dos professores e alunos no período letivo próprio de cada grupo.

O conteúdo do material didático-pedagógico é coerente com a política educacional da FUNAI, sem imposição de padrões culturais estranhos à realidade indígena.

3.3.3 – PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA

O projeto de Infra-Estrutura refere-se à construção de novas escolas, reforma ou ampliação daquelas já existentes, assim como construção da casa do professor para sua instalação na aldeia ou no PIN. As construções serão sempre nos padrões de construções vigentes e, principalmente, com o concurso do trabalho da comunidade, através de mutirões, conforme for o costume local.

Esse projeto prevê, ainda, a dotação das escolas e da casa do professor de equipamento mínimo para o bom funcionamento das unidades educacionais de cada grupo ou aldeias.

3.3.4 – PROJETO DE APOIO AO ESTUDANTE

No projeto de Apoio ao Estudante estão previstas as atividades de distribuição do material e da merenda escolar. Esta última, adaptada aos hábitos alimentares e produtos agro-pecuários típicos de cada grupo indígena, sem agredir a cultura local. Quando for o caso, serão introduzidos alimentos básicos necessários ao equilíbrio da dieta alimentar dos alunos, cujos alimentos nativos não a supram ou sejam insuficientes.

Também consta do mesmo a oferta de bolsa de estudos para os alunos que pretenderem e demonstrarem condições para o prosseguimento dos seus estudos, dentro de critérios estabelecidos em Portaria.

3.3.5 – PROJETO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Pretende-se junto com os demais segmentos setoriais da sociedade, estudar e pesquisar a educação, o bilinguismo e as línguas indígenas como forma de buscar linhas de ação que venham efetivamente contribuir para o fortalecimento da cultura indígena.

Fonte: FUNAI/88

6.3 - PROJETOS

6.3.1 - PROJETO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Visa sistematizar o levantamento das características ambientais das áreas indígenas e dos elementos que a constituem, acompanhar as modificações ambientais, sejam causadas por transformações naturais ou por ações impactantes, utilizando, especialmente, o sensoreamento remoto orbital e avaliar a qualidade ambiental.

6.3.2 - PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Face à implementação de projetos de desenvolvimento, notadamente do Setor de Energia Elétrica, serão identificados e avaliados seus impactos incidentes, direta ou indiretamente, sobre terras e comunidades indígenas.

6.3.3 - PROJETO DE IDENTIFICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE TECNOLOGIA APROPRIADA

Visa a formação de um Cadastro de Tecnologia Apropriada a partir da identificação de tecnologias indígenas e não indígenas que sejam ecologicamente adequadas e que possam servir como instrumentos básicos de intervenção no meio, no sentido de manutenção do equilíbrio ecológico.

6.3.4 - PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Nas áreas onde existam processos de degradação ambiental serão desenvolvidas ações que visem recuperá-las, criando-se condições que proporcionem uma melhoria de qualidade ambiental e de vida das comunidades indígenas.

Fonte: FUNAI/88

Acervo ISA

2.3 – PROJETOS

2.3.1 – PROJETO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA CULTURA INDÍGENA

Pretende promover, ampliar e divulgar estudos e pesquisas sobre as sociedades indígenas brasileiras, objetivando o conhecimento e o resgate de sua cultura, a preservação do acervo etnográfico, histórico e cultural, buscando ainda subsidiar de forma efetiva o direcionamento das ações realizadas com esses grupos, de modo a fortalecer a sua cultura.

2.3.2 – PROJETO DE INCENTIVO À PRODUÇÃO ARTESANAL

Este projeto visa incentivar a confecção e comercialização do artesanato produzido pelos diversos grupos indígenas de forma a contribuir para a satisfação de suas necessidades econômicas de sobrevivência, além de preservar sua cultura.

A política de compra nas áreas objetiva a obtenção de artesanato de melhor qualidade e por um preço mais justo para os índios, acabando com a figura inclusive perniciosa do "atravessador". A comercialização dessa produção é feita através das lojas "ARTÍNDIA" e de exposições promovidas pela FUNAI.

2.3.3 – PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA CULTURA MATERIAL INDÍGENA

O objetivo de revitalizar o artesanato é o mesmo de preservar sua tradicional manufatura, através de um trabalho com grupos que necessitem recuperar o artesanato que já apresenta descaracterização, visando salvar o patrimônio cultural dessas populações e contribuir para o seu desenvolvimento econômico e social.

2.3.4 – PROJETO DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAIS

Este projeto visa promover e difundir a cultura indígena brasileira, nacional e internacionalmente, de forma a que se conheça e se valorize nossa realidade étnica.

Esta ação realiza-se através de encontros, simpósios, palestras, conferências, exposições e publicações, tanto a nível de grande público quanto ao nível de especialistas, objetivando a divulgação dos aspectos culturais dos diversos grupos indígenas existentes no País.

Fonte: FUNAI/88

INFORMAÇÕES SOBRE AS ÁREAS INDÍGENAS.

Acervo ISA

DADOS SOBRE ÁREAS INDÍGENAS *

1. SITUAÇÃO ATUAL

   a. Áreas conhecidas 467
   (Incluem-se das interditadas às regularizadas)

   b. Superfície estimada ..... 82.544.163 ha
   (representa 9,7% do Território Nacional)

2. EVOLUÇÃO DAS DEMARCAÇÕES/AVIVENTAÇÕES

PERÍODO	TERRAS INDÍGENAS	SUPERFÍCIE (ha)
– De 1910 a 1984	91	12.118.840
– De 1985 a 1988	148	31.516.651
	239	43.635.491

3. Encontram-se em processo de delimitação/demarcação cerca de 48 áreas indígenas, totalizando 5.500.000 ha aproximadamente. A previsão é de concluir os processos até o final de 1989.

4. CONCLUSÕES

   – Mais da metade das Terras Indígenas conhecidas encontram-se demarcadas.

   – Cerca de 60% das áreas foram demarcadas durante o Governo Sarney, representando cerca de 75% da superfície total.

   – Considerando-se somente a área já demarcada pode se afirmar que estão assegurados cerca de 200 ha/índio.

Fonte: Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Acervo CAIS A

DADOS SOBRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

1. População Indígena - Total..... 220.000 hab

2. Distribuição por Unidade da Federação:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO INDÍGENA	%
Acre - AC	10.590	4,8%
Alagoas - AL	2.895	1,3%
Amapá - AP	5.179	2,3%
Amazonas - AM	68.950	31,3%
Bahia - BA	7.051	3,2%
Ceará - CE	3.576	1,6%
Espírito Santo - ES	884	0,4%
Goiás - GO	3.859	1,7%
Maranhão - MA	10.434	4,7%
Mato Grosso - MT	11.378	5,1%
Mato Grosso do Sul - MS	22.886	10,4%
Minas Gerais - MG	4.940	2,2%
Pará - PA	8.202	3,7%
Paraíba - PB	4.418	2,0%
Paraná - PR	5.899	2,7%
Pernambuco - PE	14.942	6,8%
Rio de Janeiro - RJ	22	———
Rio Grande do Sul - RS	8.478	3,8%
Rondônia - RO	4.095	1,8%
Roraima - RR	15.805	7,1%
Santa Catarina - SC	4.373	1,9%
São Paulo - SP	938	0,4%
Sergipe - SE	206	0,1%
T O T A I S	220.000	100%

DADOS SOBRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

1. POPULAÇÃO INDÍGENA

   — Total ---------- 220.000 índios

   — Distribuição por Regiões

   - Norte ---------- 50%
   - Centro-Oeste ---------- 17%
   - Nordeste ---------- 20%
   - Sudeste ---------- 4,5%
   - Sul ---------- 8,5%

2. RELAÇÃO ÍNDIO/POP. NACIONAL

   — A população indígena apresenta 0,15% da população brasileira.

3. RELAÇÃO ÍNDIO/TERRITÓRIO

   — A população indígena - 0,15% do total Nacional, já está assegurada cerca de 5% do Território Nacional.

DADOS RELATIVOS ÀS FLORESTAS NACIONAIS.

Acervo ISA

DADOS SOBRE AS FLORESTAS NACIONAIS (FLONA) *

1. FLONA existentes, por estados e superfícies:(ha):

– Pará	02	800.000
– Amazonas	01	256.000
– Rondônia	02	512.000
– Acre	01	173.475
– Ceará, Pernambuco e Piauí	01	38.262
– Minas Gerais	02	200.335 (*1)
– São Paulo	01	4.374
– Rio de Janeiro	01	493
– Paraná	02	4.311
– Santa Catarina	04	7.324
– Rio Grande do Sul	03	3.411
T O T A L	20	1.999.958 ha

*1 - A FLONA JAÍBA (200.000 ha) encontra-se totalmente ocupada.

2. FLONA em processo de criação, por Estado e Superfície (ha)

– Amazonas	15	6.754.400
– Roraima	01	2.664.685
	16	9.422.085 ha

3. Evolução na criação das FLONA

PERÍODO	FLONAS	SUPERFÍCIE (ha)
– De 1910 a 1984	15	1.289.420
– De 1985 a 1988	5	710.538
S O M A	20	1.999.958
Previsão para 1989	16	9.422.085
T O T A L	36	11.422.043

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBDF.

Acervo ISA

4. CONCLUSÕES

- As FLONA existentes distribuem-se por 13 Unidades da Federação, ressaltando-se que na Região Amazônica encontram-se apenas 6 Unidades, mas que representam cerca de 87% da superfície total.
- Das 6 FLONA existentes na Região Amazônica, 3 foram criadas pelo Governo Sarney, o que representa 40% do total nessa região.
- O Governo Sarney pretende na Amazônia, quintuplicar (5 x) a superfície das FLONA, tornando cerca de 1,3% do Território Nacional áreas de conservação do meio-ambiente (FLONA).

84

Acervo ISA

DADOS SOBRE AS FLORESTAS NACIONAIS (FLONA)

1. FLONAS existentes – localização, superfície e ano de criação

DENOMINAÇÃO	UNID FED	SUPERFÍCIE (ha)	ANO CRIAÇÃO
01. Caxiuanã	PA	200.000	1961
02. Tapajós	PA	600.000	1974
03. Jamari	RO	232.000	1984
04. Bom Futuro	RO	280.000	1988 *
05. Purus	AM	256.000	1988 *
06. Maracauã	AC	173.475	1988 *
07. Araripe	CE-PE-PI	38.262	1946
08. Jaíba *	MG	200.000	1959
09. Mário Xavier	RJ	493	1986 *
10. Ibirama	SC	570	1988 *
11. Passa Quatro	MG	335	1968
12. Capão Bonito	SP	4.347	1968
13. Açungui	PR	716	1968
14. Irati	PR	3.595	1968
15. Caçador	SC	715	1968
16. Xapecó	SC	1.581	1968
17. Tres Barras	SC	4.458	1968
18. Canela	RS	557	1968
19. Passo Fundo	RS	1.356	1968
20. S. Francisco de Paula	RS	1.498	1968
		1.999.958	

Acervo ISA

2. FLONA em processo de criação

DENOMINAÇÃO	UNID FED	SUPERFÍCIE (ha)
01. Amazonas	AM	1.573.100
02. Roraima	RR	2.664.685
03. Taracua I	AM	674.000
04. Taracua II	AM	462.000
05. Pari Cachoeira I	AM	18.000
06. Pari Cachoeira II	AM	654.000
07. Piraiauara	AM	615.000
08. Xië	AM	400.000
09. Cubate	AM	454.000
08. Urucu	AM	96.000
09. Cuiari	AM	109.000
10. Içana	AM	195.000
11. Içana-Aiari	AM	491.300
12. Sepatini	AM	314.000
13. Mamoriã	AM	146.000
14. Acimã	AM	61.000
15. Inauini-Tenini	AM	285.000
16. Curiã	AM	210.000
		9.422.085 ha

DADOS SOBRE OS PARQUES NACIONAIS E RESERVAS BIOLÓGICAS

1. Número de Parques existentes 29
2. Área Total ..... 8.844.329 ha
3. Parques criados no Gov Sarney 03
   Área abrangida ..... 200.000 ha
4. Número de Reservas Biológicas existentes 16
5. Área Total ..... 2.366.088 ha
6. Reservas criadas no Gov Sarney 02
   Área abrangida ..... 344.000 ha

CONCLUSÕES GERAIS

- Até o início do Gov Sarney existiam 55 Unidades de Conservação totalizando cerca de 12.000.000 ha.
- No Gov Sarney foram criadas 10 Unidades de Conservação somando cerca de 1.200.000 ha, totalizando uma área final de aproximadamente 13.200.000 ha, correspondente a 1,6% do Território Nacional.
- Considerando-se as FLONA em processo de criação, até 1989, haverá um acréscimo de cerca de 9,5 milhões de hectares que, somados ao já existentes, totalizarão uma superfície aproximada de 22,7 milhões de hectares – 2,6% do Território Nacional.

MA - IBDF - DEPARTAMENTO DE PARQUES NACIONAIS E RESERVAS EQUIVALENTES - DN

DIVISÃO DE PARQUES NACIONAIS E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - DPN

DATA DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ORDEM DECRESCENTE DE IDADE

PARQUES NACIONAIS	UF	DECRETO E DATA DE CRIAÇÃO	EM 1989 COMPLETARÁ	ÁREA (HA)
1- Parque Nacional do Itatiaia	RJ/MG	1713, 14/06/37 (Junho)	52 Anos	30.000
2- Parque Nacional do Iguaçu	PR	1035, 10/01/39 (Janeiro)	50 Anos - 10 de Jan	170.086
3- Parque Nacional da Serra dos orgãos	RJ	1822, 30/11/39 (Novembro)	50 Anos - 30 de Nov.	11.000
4- Parque Nacional de Ubajara	CE	45954, 30/04/59 (Abril)	30 Anos - 30 de Abr	563
5- Parque Nacional de Aparados da Serra	SC/RS	47446, 17/12/59 (Dezembro)	30 Anos - 17 de Dez	10.250
6- Parque Nacional do Araguaia	TOCANTINS	47570, 31/12/59 (Dezembro)	30 Anos - 31 de Dez	562.312
7- Parq. Nac. da Chap. dos Veadeiros	GO	49175, 11/01/61 (Janeiro)	28 Anos	60.000
8- Parque Nacional das Emas	GO	49874, 11/01/61 (Janeiro)	28 Anos	131.868
9- Parque Nacional do Caparaó	ES/MG	50647, 24/05/61 (Maio)	28 Anos	26.000
10 Parque Nacional de Sete Cidades	PI	50774, 08/06/61 (Junho)	28 Anos	7.221
11 Parque Nacional da Tijuca	RJ	50923, 06/07/61 (Julho)	28 Anos	3.200
12 Parque Nacional de São Joaquim	SC	50922, 06/07/61 (Julho)	28 Anos	49.300
13 Parque Nacional de Brasília	DF	241, 29/11/61 (Novembro)	28 Anos	28.000
14 Parque Nacional de Monte Pascoal	BA	242, 29/11/61 (Novembro)	28 Anos	22.500
15 Parque Nacional da Serra da Bocaina	SP/RJ	68172, 04/02/71 (Fevereiro)	18 Anos	100.000
16 Parque Nacional do Pant. Matogrossense	MT	68691, 28/05/71 (Maio)	18 Anos	135.000
17 Parque Nacional da Serra da Canastra	MG	70355, 03/04/72 (Abril)	17 Anos	71.525
18 Parque Nacional da Amazônia	PA/AM	73683, 19/02/74 (Fevereiro)	15 Anos	994.000
19 Parque Nacional do Pico da Neblina	AM	83550, 05/06/79 (Junho)	10 Anos - 05 de Jun.	2.200.000
20 Parque Nacional da Serra da Capivara	PI	83548,05/06/79 (Junho)	10 Anos - 05 de Jun.	97.933
21 Parque Nacional de Pacaás Novos	RO	84019, 21/09/79 (Setembro)	10 Anos - 21 de Set	765.801

RESERVAS BIOLÓGICAS	UF	DECRETO E DATA DE CRIAÇÃO	EM 1989 COMPLETARÁ	ÁREA (HA)
01 Reservas Biológicas de Poço das Antas	RJ	73791, 11/03/74 (Março)	15 Anos	5.000
02 Res. Biol. do Atol das Rocas-Mar T.Bras	RN	83549, 05/06/79 (Junho)	10 Anos - 05 de Jun	36.249
03 Reservas Biológica do Jarú	RO	83716, 11/07/79 (Julho)	10 Anos - 11 de Jul	268.150
04 Reserva Biológica do Rio Trombetas	PA	84018, 21/09/79 (Setembro)	10 Anos - 21 de Set	385.000
05 Reserva Biológica do Lago Piratuba	AP	84914, 16/07/80 (Julho)	09 Anos	395.000
06 Reserva Biológica de Una	BA	85463, 10/12/80 (Dezembro)	09 Anos	11.400
07 Reserva Biológica do Abufari	AM	87585, 20/09/82 (Setembro)	07 Anos	288.000
08 Res. Biol. do Córrego do Veado	ES	87590, 20/09/82 (Setembro)	07 Anos	2.332
09 Reserva Biológica Guaporé	RO	87587, 20/09/82 (Setembro)	07 Anos	600.000
10 Reserva Biológica Augusto Ruschi	ES	87589, 20/09/82 (Setembro)	07 Anos	4.000
11 Reserva Biológica de Serra Negra	PE	87591, 20/09/82 (Setembro)	07 Anos	1.100
12 Reserva Biológica de Sooretama	ES	87588, 20/09/82 (Setembro)	07 Anos	24.000
13 Reserva Biológica de Saltinho	PE	88774, 21/09/83 (Setembro)	06 Anos	548
14 Reserva Biológica de Comboios	ES	90222, 25/09/84 (Setembro)	05 Anos	833
15 Reserva Biológica de Gurupi	MA	95614, 12/10/88 (Outubro)	01 Ano	341.650
16 Reserava Biológica de S. Isabel	SE	96999, 20/10/88 (Outubro)	01 Ano	2.766
			TOTAL DE ÁREA (HA)	2.366.038

68

PARQUES NACIONAIS	UF	DECRETO E DATA DE CRIAÇÃO	EM 1989 COMPLETARÁ	ÁREA(AH)
22 Parque Nacional de Cabo Orange	AP	84913, 17/07/80 (Julho)	09 Anos	619.000
23 Parque Nacional do Jaú	AM	85200, 24/09/80 (Setembro)	09 Anos	2.272.000
24 Parq. Nac. dos Lençois Maranhenses	MA	86060, 02/06/81 (Junho)	08 Anos	155.000
25 Parq. Nac. Mar. Abrolhos-Mar Territ.Bras	BA	88218, 06/04/83 (Abril)	06 Anos	91.300
26 Parque Nacional da Serra do Cipó	MG	90223, 25/09/84 (Setembro)	05 Anos	33.800
27 Parque Nacional da Chapada Diamantina	BA	91655, 17/01/85 (Setembro)	04 Anos	152.000
28 Parque Nacional da Lagoa do Peixe	RG	93546, 06/11/86 (Novembro)	03 Anos	34.400
29 Parq. Nac. Marinho de Fern.Noronha	PE	96693, 14/09/88 (Setembro)	01 Ano	11.270
			TOTAL DE ÁREA (HA)	8.844.329

06

TOTAL GERAL PARNAS E REBIOS 11.210.417 ha.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
Departamento de Economia Florestal
Divisão de Manejo Florestal
Dados sobre as Florestas Nacionais - FLONAS

Denominação	Área aprox. (ha)	Localização Município (s)-UF	Ato de Criação
Flona de Caxiuanã	200.000	Portel - PA	Dec. 239/61
Flona do Tapajós	600.000	Santarém e Aveiros-PA	Dec. 73.684/74
Flona do Purus	256.000	Pauini - AM	Dec. 96.190/88
Flona de Macauã	173.475	Sena Madureira - AC	Dec. 96.189/88
Flona do Bom Futuro	280.000	Porto Velho - RO	Dec. 96.188/88
Flona de Jamari	232.000	Porto Velho e Ariquemes-RO	Dec. 224/84
Flona Araripe	38.262	Crato, Barbalho e Santana do Cariri - CE	Dec. 9.226/46
Flona Mário Xavier	493	Itaguaí-RJ	Dec. 93.369/86
Flona de Passa Quatro	335	Passa Quatro-MG	Port. 562/68
Flona de Capão Bonito	4.347	Capão Bonito e Buri-SP	Port. 558/68
Flona de Açungui	716	Campo Largo-PR	Port. 559/68
Flona de Irati	3.495	Teixeira Soares-PR	Port. 559/68
Flona de Caçador	715	Caçador-SC	Port. 560/68
Flona de Chapecó	1.581	Chapecó-SC	Port. 560/68
Flona de Ibirama	570	Ibirama-SC	Dec. 95.818/88
Flona de Três Barras	4.458	Três Barras-SC	Port. 560/68
Flona de Canela	557	Canela-RS	Port. 561/68
Flona de Passo Fundo	1.356	Passo Fundo-RS	Port. 561/68
Flona de S. Fco de Paula	1.498	São Fco de Paula-RS	Port. 561/68

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS IMPLANTADAS

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS IMPLANTADAS

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	LOCALIZAÇÃO		ÁREA (ha)	ECOSSISTEMA
	LATITUDE	LONGITUDE		
1. TAIM (RS)	32°02'/32°50' S	52°26'/52°36' W	33.995	Banhados
2. ARACURI-ESMERALDA (RS)	28°13'/28°15' S	51°13'/51°12' W	272	Floresta de Araucárias
3. JURÉIA (SP)	24°32'/24°36' S	47°00'/47°18' W	24.600	Floresta Atlântica, Restinga e Manguezal
4. PARAPITINGA (MG)	18°20'/18°23' S	45°17'/45°20' W	1.090	Cerrado, Cerradão e Campo Sujo
5. RASO DA CATARINA (BA) *	09°33'/09°54' S	38°29'/38°44' W	99.772	Caatinga
6. URUÇUÍ-UNA (PI)	08°39'/09°06' S	44°57'/45°26' W	135.000	Cerrado e Caatinga
7. AIUABA (CE)	06°35'/06°44' S	40°07'/40°10' W	11.525	Caatinga
8. JARI (PA)	00°08'/00°51' S	52°31'/53°24' W	227.126	Floresta Amazônica
9. MARACÁ (AP)	01°59'/02°01' N	49°31'/50°30' W	72.000	Floresta Tropical nos Tôsos, Manguezais e Campos Naturais.
10. MARACÁ (RR)	03°17'/03°33' N	61°22'/61°56' W	101.312	Campos Naturais e Floresta Tropical
11. ANAVILHANAS (AM)	02°03'/03°02' S	60°22'/61°12' W	350.018	Floresta Amazônica - Igapó e Terra Firme
12. CUNIÃ (RO)	07°59'/08°35' S	63°11'/63°38' W	104,000	Floresta Semi-Caducifólia, Hilléia, Campos e Vegetação Hidrófila
13. IQUÊ (MT)	11°30'/12°15' S	58°40'/59°20' W	200.000	Floresta Amazônica, Cerrado
14. SERRA DAS ARARAS (MT)	15°27'/15°48' S	57°03'/57°19' W	28.700	Floresta Tropical, Campos Cerrados e Babaçuais
15. TAIAMÃ (MT)	16°46'/16°56' S	57°22'/57°38' W	14.325	Pantanal Matogrossense
SOMA das ÁREAS			1.403.740	

Fonte: Secretaria Especial do Meio-Ambiente - SEMA.